O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	**GLOBEX UTILIDADES SA**	**33.041.260/0652-90**
4 - NIRE		
33300141073		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua João Pessoa, 83				Centro
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
09520-010	São Caetano			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
011	4225-6000	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
011	4225-6000	-	-	
15 - E-MAIL				
orivaldo.padilha@pontofrio.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Orivaldo Padilha				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua João Pessoa, 83				Centro
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
09520-010	São Paulo			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
011	4225-6000	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
011	4225-6000	-	-	
16 - E-MAIL				
orivaldo.padilha@pontofrio.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	2	01/04/2010	30/06/2010	4	01/10/2009	31/12/2009

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S.S	00471-5
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Antonio Carlos Fioravante	126.191.148-29

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	123.804	124.381	124.381
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	123.804	124.381	124.381
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	577	577
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	577	577

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1190 - Comércio (Atacado e Varejo)
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Comércio varejista de eletrodomésticos
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	2.285.227	2.288.774
1.01	Ativo Circulante	1.134.936	1.179.825
1.01.01	Disponibilidades	53.885	56.688
1.01.01.01	Caixa e Bancos (Nota 8)	17.513	34.402
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8)	36.372	22.286
1.01.02	Créditos	296.177	303.836
1.01.02.01	Clientes	68.667	159.966
1.01.02.01.01	Contas a Receber (Nota 9)	68.667	159.966
1.01.02.02	Créditos Diversos	227.510	143.870
1.01.02.02.01	JCP e Dividendos	0	2.957
1.01.02.02.02	Impostos a Recuperar (Nota 12)	227.510	140.913
1.01.03	Estoques	584.383	660.641
1.01.03.01	Estoques para Revenda (Nota 10)	578.471	656.866
1.01.03.02	Estoques Outros (Nota 10)	5.912	3.775
1.01.04	Outros	200.491	158.660
1.01.04.03	Partes Relacionadas (Nota 14)	24.173	22.910
1.01.04.04	Despesas Antecipadas	46.161	46.820
1.01.04.05	Outras Contas a Receber (Nota 11)	130.157	88.930
1.02	Ativo Não Circulante	1.150.291	1.108.949
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	780.833	748.138
1.02.01.01	Créditos Diversos	75.531	111.439
1.02.01.01.01	Impostos a Recuperar (Nota 12)	75.531	111.439
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	84.750	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	84.750	0
1.02.01.03	Outros	620.552	636.699
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais (Nota 22)	88.323	78.238
1.02.01.03.02	IR e CS Diferidos (Nota 13)	514.126	547.568
1.02.01.03.03	Outras Contas a Receber (Nota 11)	18.103	10.893
1.02.02	Ativo Permanente	369.458	360.811
1.02.02.01	Investimentos	166.343	153.653
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	166.343	153.224
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	429
1.02.02.02	Imobilizado	161.687	172.704
1.02.02.02.01	Imobilizado (Nota 16)	161.687	172.704
1.02.02.03	Intangível	41.428	34.454
1.02.02.03.01	Intangível (Nota 17)	41.428	34.454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/12/2009
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	2.285.227	2.288.774
2.01	Passivo Circulante	939.147	1.288.666
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	56.913	61.415
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos (Nota 18)	56.913	61.415
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	623.525	883.615
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	135.703	174.765
2.01.04.01	Impostos e Contrib. Sociais a Recolher	135.703	132.282
2.01.04.02	Salários, Enc. Sociais	0	42.483
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.673	1.673
2.01.05.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.673	1.673
2.01.06	Provisões	0	6.859
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	121.333	160.339
2.01.08.01	Contas a Pagar- Controladas (Nota 14)	26.569	19.925
2.01.08.03	Provisão para Reestruturação	10.135	41.740
2.01.08.04	Outras Contas a Pagar	81.133	95.140
2.01.08.05	Impostos Parcelados (Nota 21)	3.496	3.534
2.02	Passivo Não Circulante	655.934	343.125
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	655.934	343.125
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	285.384	48.005
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos (Nota 18)	285.384	48.005
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	122.979	219.872
2.02.01.03.01	Provisões para Contingências (Nota 22)	113.206	209.780
2.02.01.03.02	Provisão Perda de Investimento (Nota 15)	9.773	10.092
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	181.501	40.592
2.02.01.04.01	Dívidas com Pessoas Ligadas (Nota 14)	181.501	40.592
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	66.070	34.656
2.02.01.06.01	Obrigações Tributárias - PAES	0	0
2.02.01.06.02	Outros	9.312	22.780
2.02.01.06.03	Impostos Parcelados (Nota 21)	43.427	11.876
2.02.01.06.04	Receitas Antecipadas	13.331	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	690.146	656.983
2.05.01	Capital Social Realizado	671.033	671.033
2.05.01.01	Capital Social (Nota 23)	671.033	671.033
2.05.02	Reservas de Capital	315.945	314.037
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/12/2009
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	36.768	33.556
2.05.04.01	Legal	828	828
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	35.940	32.728
2.05.04.07.01	Reserva para Investimento	35.940	35.940
2.05.04.07.02	(-) Ações em Tesouraria	0	(3.212)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	189	189
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	189	189
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(333.789)	(361.832)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.154.059	2.371.990	861.533	1.732.103
3.01.01	Vendas de Mercadorias Líq Devoluções	1.094.596	2.281.957	838.280	1.674.011
3.01.02	Prestações de Serviços	41.307	77.530	21.840	41.677
3.01.03	(-) Reversão de AVP s/ Vendas	18.156	12.503	1.413	16.415
3.02	Deduções da Receita Bruta	(163.654)	(329.223)	(181.489)	(373.120)
3.02.01	Imposto s/ Vendas de Mercadorias	(157.822)	(318.223)	(178.292)	(367.114)
3.02.02	Imposto s/ Prestação de Serviços	(5.832)	(11.000)	(3.197)	(6.006)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	990.405	2.042.767	680.044	1.358.983
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(810.558)	(1.631.716)	(570.157)	(1.110.441)
3.05	Resultado Bruto	179.847	411.051	109.887	248.542
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(128.555)	(377.384)	(408.990)	(594.064)
3.06.01	Com Vendas	(175.940)	(333.645)	(123.066)	(248.663)
3.06.02	Gerais e Administrativas	8.565	(33.028)	(126.695)	(156.460)
3.06.03	Financeiras	(62.574)	(85.438)	(22.531)	(34.683)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.181	6.748	2.702	7.212
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(65.755)	(92.186)	(25.233)	(41.895)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	79.597	106.496	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	14.159	(42.602)	(118.650)	(138.072)
3.06.05.01	Depreciações e Amortizações	(11.509)	(27.791)	(11.814)	(23.705)
3.06.05.02	Remuneração e Indenizações da Diretoria	(682)	(1.478)	(11.951)	(13.080)
3.06.05.03	Outras Despesas Operacionais	13.765	(23.370)	(64.276)	(65.126)
3.06.05.04	Provisão para Créditos de Liquidação duv	12.527	9.937	(30.657)	(36.249)
3.06.05.05	Recuperação de Créditos em Compensação	58	100	48	88
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	7.638	10.833	(18.048)	(16.186)
3.07	Resultado Operacional	51.292	33.667	(299.103)	(345.522)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	51.292	33.667	(299.103)	(345.522)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	(14.104)	(2.411)	21.964	37.107
3.11.01	IR Diferido	(14.104)	(2.411)	21.964	37.107
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	37.188	31.256	(277.139)	(308.415)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	123.804	123.804	123.804	123.804
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,30038	0,25246		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(2,23853)	(2,49116)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(98.498)	(214.329)	60.789	67.489
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(6.406)	3.242	(63.396)	(81.539)
4.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do período	37.188	31.256	(277.139)	(308.415)
4.01.01.02	Depreciações e Amortizações	11.509	27.791	11.814	23.705
4.01.01.03	Equivalência Patrimonial	(7.638)	(10.833)	18.048	16.186
4.01.01.04	Imposto Renda e Contrib. Social Diferido	14.104	2.411	(21.964)	(37.107)
4.01.01.05	Ajuste a Valor Presente	(19.392)	(14.390)	1.845	(1.543)
4.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	12.257	17.125	6.506	10.572
4.01.01.07	Provisão para Contingências	(22.202)	(23.999)	101.713	106.403
4.01.01.08	Provisão de Remuneração Baseado em Ações	70	429	1.374	3.547
4.01.01.09	Resultado de ativos Permanentes Baixados	87	1.150	0	0
4.01.01.10	Provisão para Devedores Duvidosos	(12.527)	(9.937)	30.657	36.249
4.01.01.11	Resultado Lei 11.941 - Parcelamento	0	12.420	0	0
4.01.01.12	Projetos Descontinuados	0	(7.091)	21.986	21.986
4.01.01.13	Provisão para Perda Imob. e Intangível	636	636	28.984	28.984
4.01.01.14	Provisão para Reestruturação	(25.175)	(25.911)	0	0
4.01.01.15	Provisão para Indenização a Diretoria	528	528	12.350	12.350
4.01.01.16	Outros	4.149	1.657	430	5.544
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(92.092)	(217.571)	124.185	149.028
4.01.02.01	Contas a Receber	(79.513)	27.726	(40.886)	239.281
4.01.02.02	Outras Contas a Receber	(56.930)	(45.480)	15.151	22.797
4.01.02.03	Impostos a Recuperar	(32.254)	(76.434)	(642)	(18.306)
4.01.02.04	Estoques	21.017	81.854	(57.170)	49.327
4.01.02.05	Despesas Antecipadas	26.343	659	(1.134)	(8.977)
4.01.02.06	Depósitos Judiciais	(7.517)	(15.031)	(5.370)	(16.457)
4.01.02.07	Títulos e Valores Mobiliários	2.727	2.232	13.182	14.683
4.01.02.08	Outros Realizáveis	425	31.033	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/200901/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/200901/01/2009 a 30/06/2009
4.01.02.09	Fornecedores	17.083	(234.559)	161.294	(77.894)
4.01.02.10	Contas a Pagar	(31.336)	(58.191)	31.401	(29.528)
4.01.02.11	Salários, Encargos Soc. e Impostos Pagar	885	(9.503)	15.253	(29.541)
4.01.02.12	Contingências	0	(62.646)	0	0
4.01.02.13	Encargos Financeiros Pagos	0	0	(3.239)	(7.285)
4.01.02.14	Dividendos Recebidos Controladas	0	0	0	13.494
4.01.02.15	Outras exigibilidades	46.978	140.769	(3.655)	(2.566)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(9.090)	(13.808)	(23.977)	(33.277)
4.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(5.093)	(9.797)	(12.295)	(15.791)
4.02.02	Aumento do Intangível	(2.863)	(2.877)	(1.827)	(2.460)
4.02.03	Aporte de Capital em Subsidiária	(1.134)	(1.134)	(9.855)	(15.026)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	80.660	227.011	(25.201)	(51.129)
4.03.01	Adições	112.779	298.916	0	0
4.03.02	Pagamentos	(32.119)	(71.905)	(25.201)	(51.129)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(26.928)	(1.126)	11.611	(16.917)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.813	55.011	44.826	73.354
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53.885	53.885	56.437	56.437

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	671.033	315.846	0	33.556	(380.160)	189	640.464
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	671.033	315.846	0	33.556	(380.160)	189	640.464
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	37.188	0	37.188
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	3.212	(3.212)	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	98	0	0	0	0	98
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	671.033	315.944	0	36.768	(346.184)	189	677.750

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	671.033	310.825	0	36.768	(376.457)	189	642.358
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	14.625	0	14.625
5.03	Saldo Ajustado	671.033	310.825	0	36.768	(361.832)	189	656.983
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	31.256	0	31.256
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	3.212	(3.212)	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	1.907	0	0	0	0	1.907
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	671.033	312.732	0	39.980	(333.788)	189	690.146

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	2.563.051	2.477.277
1.01	Ativo Circulante	1.439.424	1.380.288
1.01.01	Disponibilidades	86.320	86.141
1.01.01.01	Caixa e Bancos (Nota 8)	24.652	40.470
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8)	61.668	45.671
1.01.02	Créditos	417.260	402.590
1.01.02.01	Clientes	158.827	246.133
1.01.02.01.01	Contas a Receber (Nota 9)	158.827	246.133
1.01.02.02	Créditos Diversos	258.433	156.457
1.01.02.02.01	JCP e Dividendos	3.448	1.927
1.01.02.02.02	Impostos a Recuperar (Nota 12)	254.985	154.530
1.01.03	Estoques	731.091	727.071
1.01.03.01	Estoques para Revenda (Nota 10)	725.179	723.296
1.01.03.02	Estoques Outros (Nota 10)	5.912	3.775
1.01.04	Outros	204.753	164.486
1.01.04.03	Partes Relacionadas (Nota 14)	24.456	13.965
1.01.04.04	Despesas Antecipadas	47.001	57.859
1.01.04.05	Outras Contas a Receber (Nota 11)	133.296	92.662
1.02	Ativo Não Circulante	1.123.627	1.096.989
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	797.067	781.610
1.02.01.01	Créditos Diversos	75.531	111.439
1.02.01.01.02	Impostos a Recuperar (Nota 12)	75.531	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	85.139	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	85.139	0
1.02.01.03	Outros	636.397	670.171
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais (Nota 22)	89.627	103.937
1.02.01.03.02	IR e CS Diferidos (Nota 13)	528.561	555.235
1.02.01.03.03	Outras Contas a Receber (Nota 11)	18.103	10.999
1.02.01.03.04	Outros - Incentivos Fiscais	106	0
1.02.02	Ativo Permanente	326.560	315.379
1.02.02.01	Investimentos	92.996	85.374
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	92.996	84.909
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	465
1.02.02.02	Imobilizado	179.241	188.339
1.02.02.02.01	Imobilizado (Nota 16)	179.241	188.339
1.02.02.03	Intangível	54.323	41.666
1.02.02.03.01	Intangível (nota 17)	54.323	41.666
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	2.563.051	2.477.277
2.01	Passivo Circulante	1.268.928	1.502.214
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	60.809	61.415
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos (Nota 18)	60.809	61.415
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	866.499	1.030.342
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	165.776	201.477
2.01.04.01	Impostos e Contrib. Sociais a Recolher	165.776	139.445
2.01.04.02	Salários e Enc. Sociais	0	62.032
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.675	1.673
2.01.05.01	JCP e Dividendos a Pagar	1.675	1.673
2.01.06	Provisões	1.504	10.045
2.01.06.01	Provisão para Contingência (Nota 22)	0	7.593
2.01.06.02	Provisão para IR e CS	1.504	2.452
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	172.665	197.262
2.01.08.01	Contas a Pagar- Partes Relac. (Nota 14)	34.707	19.598
2.01.08.03	Provisão para Reestruturação	10.135	41.740
2.01.08.04	Outras Contas a Pagar	124.197	132.390
2.01.08.05	Impostos Parcelados (Nota 21)	3.626	3.534
2.02	Passivo Não Circulante	603.977	318.080
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	603.977	318.080
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	285.432	48.089
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos (Nota 18)	285.432	48.089
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	113.597	235.271
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências (Nota 22)	113.597	235.271
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	137.455	0
2.02.01.04.01	Dívidas com Pessoas Ligadas (Nota 14)	137.455	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	67.493	34.720
2.02.01.06.02	Outros	9.376	22.844
2.02.01.06.03	Impostos Parcelados (Nota 21)	44.786	11.876
2.02.01.06.04	Receitas Antecipadas	13.331	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.03.01	Resultados Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	690.146	656.983
2.05.01	Capital Social Realizado	671.033	671.033
2.05.01.01	Capital Social (Nota 23)	671.033	671.033
2.05.02	Reservas de Capital	315.945	314.038

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/12/2009
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	36.768	33.555
2.05.04.01	Legal	828	828
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	35.940	32.727
2.05.04.07.01	Ajuste Vlr Mercado - TVM Deriv Control	0	0
2.05.04.07.02	Reserva para Investimentos	35.940	35.939
2.05.04.07.03	(-) Ações em Tesouraria	0	(3.212)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	189	189
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	189	189
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(333.789)	(361.832)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.528.178	2.970.862	1.055.238	2.103.123
3.01.01	Vendas Mercadorias Líquidas Devoluções	1.464.763	2.875.713	956.979	1.886.286
3.01.02	Rendas Operações de Crédito	0	0	66.436	142.112
3.01.03	Prestações de Serviços	44.225	83.917	30.410	58.310
3.01.04	(-) Reversão de AVP s/ Vendas	19.190	11.232	1.413	16.415
3.02	Deduções da Receita Bruta	(192.161)	(377.374)	(206.390)	(423.107)
3.02.01	Imposto s/ Vendas de Mercadorias	(186.149)	(366.034)	(199.286)	(409.441)
3.02.02	Imposto s/ Rendas de Operações Crédito	0	0	(2.665)	(5.622)
3.02.03	Imposto s/ Prestação de Serviços	(6.012)	(11.340)	(4.439)	(8.044)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.336.017	2.593.488	848.848	1.680.016
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.098.833)	(2.091.055)	(656.158)	(1.267.177)
3.05	Resultado Bruto	237.184	502.433	192.690	412.839
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(190.622)	(472.366)	(489.860)	(755.520)
3.06.01	Com Vendas	(206.707)	(384.048)	(145.175)	(290.246)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.950)	(49.524)	(142.486)	(186.551)
3.06.03	Financeiras	(77.222)	(104.281)	(24.148)	(35.420)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.584	7.321	4.286	10.896
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(79.806)	(111.602)	(28.434)	(46.316)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	82.539	109.861	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	11.761	(51.678)	(177.757)	(242.935)
3.06.05.01	Depreciações a Amortizações	(11.364)	(28.201)	(12.228)	(24.516)
3.06.05.02	Remuneração e Indenizações da Diretoria	(1.074)	(5.993)	(12.401)	(13.980)
3.06.05.03	Outras Despesas Operacionais	13.467	(22.935)	(82.464)	(83.986)
3.06.05.04	Provisão para Créditos Liq. Duvidosa	10.674	5.351	(73.988)	(126.512)
3.06.05.05	Recuperação de créditos em compensação	58	100	3.324	6.059
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.957	7.304	(294)	(368)
3.07	Resultado Operacional	46.562	30.067	(297.170)	(342.681)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	46.562	30.067	(297.170)	(342.681)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.124)	(3.737)	(4.968)	(9.526)
3.11	IR Diferido	(8.250)	4.926	24.999	43.792
3.11.01	IR Diferido	(8.250)	4.926	24.999	43.792
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	37.188	31.256	(277.139)	(308.415)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	123.804	123.804	123.804	123.804
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,30038	0,25246		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(2,23853)	(2,49116)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(86.098)	(206.359)	147.976	196.567
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(9.638)	9.995	(32.108)	18.579
4.01.01.01	Prejuízo Líquido do Período	35.995	31.256	(277.139)	(308.415)
4.01.01.02	Depreciações e Amortizações	13.172	28.201	12.228	24.516
4.01.01.03	Equivalência Patrimonial	(3.957)	(7.304)	294	368
4.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	13.223	15.134	12.371	28.520
4.01.01.05	Provisões para Contingências	(22.258)	(21.558)	110.281	115.210
4.01.01.06	Resultado Lei 11.941 - Parcelamento	0	11.998	0	0
4.01.01.07	Resultado de Ativos Permanentes Baixados	108	(360)	0	28.984
4.01.01.08	Imposto Renda e Contr. Social Diferidos	7.635	(4.926)	(24.999)	(43.792)
4.01.01.09	Ajuste a Valor Presente	(21.730)	(10.442)	(7.906)	(1.910)
4.01.01.11	Provisão Remuneração Baseado em Ações	98	1.907	3.672	8.142
4.01.01.12	Prov. para Devedores Duvidosos	(10.674)	(5.351)	73.988	126.512
4.01.01.13	Projetos Descontinuados	0	(7.091)	21.986	21.986
4.01.01.14	Provisão Perda e Baixa de Imobilizado	636	636	28.984	0
4.01.01.15	Provisão para Reestruturação	(25.175)	(25.911)	0	0
4.01.01.16	Prov. para Indenização a Diretoria	528	528	12.350	12.350
4.01.01.17	Outros	2.761	3.278	1.782	6.108
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(76.460)	(216.354)	180.084	177.988
4.01.02.01	Contas a Receber	(104.284)	17.742	(39.316)	232.281
4.01.02.02	Outras Contas Receber	(57.178)	(47.845)	15.029	14.421
4.01.02.03	Impostos a Recuperar	(48.092)	(92.179)	(2.941)	(634)
4.01.02.04	Estoques	(57.964)	(10.798)	(62.458)	49.006
4.01.02.05	Despesas Antecipadas	35.700	8.146	(2.471)	(13.685)
4.01.02.06	Depósitos Judiciais	(8.651)	(16.460)	(5.467)	(16.524)
4.01.02.07	Títulos e Valores Mobiliários	9.398	3.644	13.185	18.051
4.01.02.08	Outros Realizáveis	2.004	30.080	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/200901/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/200901/01/2009 a 30/06/2009
4.01.02.09	Fornecedores	116.902	(133.359)	188.714	(19.845)
4.01.02.10	Contas a Pagar	31.809	95.489	36.715	(57.481)
4.01.02.11	Salários, Enc. Soc. e Impostos a Pagar	6.087	(5.601)	44.324	(17.678)
4.01.02.12	Contingência	0	(64.715)	0	0
4.01.02.13	Encargos Financeiros Pagos	0	0	(2.590)	(7.285)
4.01.02.14	Outras Exigibilidades	(2.191)	(498)	(2.640)	(2.639)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(14.909)	(21.548)	(17.106)	(21.922)
4.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(8.336)	(13.661)	(15.677)	(19.688)
4.02.02	Aumento do Ativo Intangível	(5.137)	(8.251)	(574)	(1.207)
4.02.03	Venda de Bens do Imobilizado	0	1.800	0	0
4.02.04	Aporte de Capital em Subsidiária	0	0	(855)	(1.027)
4.02.05	Adições em investimento	(1.436)	(1.436)	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	84.544	230.872	(115.275)	(193.336)
4.03.01	Adições	116.675	302.812	1.318.805	9.380.840
4.03.02	Pagamentos	(32.131)	(71.940)	(1.434.080)	(9.574.176)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(16.463)	2.965	15.595	(18.691)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	102.783	83.355	67.170	101.456
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86.320	86.320	82.765	82.765

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	671.033	315.846	0	33.556	(380.160)	189	640.464
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	671.033	315.846	0	33.556	(380.160)	189	640.464
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	37.188	0	37.188
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	3.212	(3.212)	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	98	0	0	0	0	98
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	671.033	315.944	0	36.768	(346.184)	189	677.750

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	671.033	310.825	0	36.768	(376.457)	189	642.358
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	14.625	0	14.625
5.03	Saldo Ajustado	671.033	310.825	0	36.768	(361.832)	189	656.983
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	31.256	0	31.256
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	3.212	(3.212)	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	1.907	0	0	0	0	1.907
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	671.033	312.732	0	39.980	(333.788)	189	690.146

1. Informações corporativas

A Globex Utilidades S.A. ("Globex" ou "Companhia") e as empresas sob seu controle societário estão organizadas de forma integrada. A Companhia opera sob a marca "Ponto Frio", cuja atividade está presente em todo território brasileiro, exceto na região Norte do Brasil, possui um total de 457 lojas, comercializando uma variada gama de produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos domésticos, incluindo itens tais como: móveis, brinquedos eletrônicos, produtos de escritório, celulares, computadores e acessórios.

A Companhia atua, também: (i) através de sua controlada, PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A., na comercialização varejista e atacadista de bens e produtos em geral pela Internet por meio do site *www.pontofrio.com.br* e pelo canal de *Televendas*; importação de produtos para revenda; prestação de serviços de promoção, desenvolvimento e diversos outros produtos e serviços dedicados ao consumidor em geral; (ii) através do canal virtual de venda no atacado, pelo qual a Companhia vende seus produtos a empresas com o fim de revenda, principalmente, para redes varejistas de menor porte; (iii) através do canal virtual de Venda Corporativa, pelo qual a Companhia vende seus produtos diretamente a empresas, cuja finalidade é o consumo final; e (iv) através de sua coligada, Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC"), que opera em conjunto com outras sociedades do Grupo Pão de Açúcar (GPA), e tem por finalidade, dentre outras, financiar as vendas a prazo conduzidas pela Companhia, por meio de carteira de crédito. A Financeira Itaú CBD S.A., também, opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial e de investimento. A gestão da FIC é realizada pelo Itaú Unibanco Holding S.A. conforme definido no contrato de associação do Grupo Pão de Açúcar com o Itaú Unibanco e em acordo de acionistas.

a) Reorganizações Societárias

(i) Empresas financeiras do grupo

Em 31 de dezembro de 2009 foi promovida reorganização societária das empresas financeiras do grupo. Conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária do Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV" ou "Investcred"), foi realizada a cisão parcial do seu acervo líquido, no montante de R$ 110.316, com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2009. A parcela cindida do BINV foi posteriormente incorporada pela FIC. Nessa parcela cindida está contemplada toda a operação, produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes do Ponto Frio, portanto todos os direitos e obrigações foram transferidos do BINV para a FIC."

Como resultado de tal reorganização, a Globex passou a ter participação de 14,36% em FIC, além de manter a participação de 50% do BINV. Ambas as participações são detidas por meio de sua subsidiária Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. Essa transação não gerou ágio ou deságio, já que foram transações com entidades sob controle comum. A referida alteração encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central.

Desde 1º de outubro de 2009, a gestão do BINV é exercida integralmente pela FIC, quando BINV deixou de ser tratado de forma consolidada nas demonstrações financeiras da Globex, passando a ser reconhecido através de equivalência patrimonial.

1. Informações corporativas -- Continuação

a) Reorganizações Societárias -- Continuação

(ii) Associação Casas Bahia

Em dezembro de 2009, o GPA e os sócios controladores de Casas Bahia celebraram um Acordo de Associação visando à integração dos seus negócios do setor de varejo de bens duráveis, assim como a unificação dos negócios de comércio eletrônico de bens duráveis. Esta associação permitirá ao GPA oferecer ao consumidor um maior sortimento de produtos, melhor atendimento e acesso facilitado ao crédito.

Em 1º de julho de 2010, o GPA e a Globex celebraram com Casa Bahia Comercial Ltda. ("Casa Bahia") e os sócios controladores da Casa Bahia um aditivo ao Acordo de Associação firmado em 4 de dezembro de 2009. Em referido aditivo, as partes reviram certas condições para a associação entre Globex e Casa Bahia ("Associação"), bem como definiram as etapas necessárias para sua implementação, conforme detalhado ao mercado por meio de fato relevante.

A transação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de novembro de 2010.

Concluída a associação, os sócios controladores de Casa Bahia são titulares de ações de emissão de Globex representativas de 47,08% do seu capital social total e GPA possui 52,44% do capital social da Globex.

Adicionalmente, a Globex permanece como acionista controlador de Ponto Frio.com Comércio Eletrônico S.A., sendo titular de ações ordinárias representando 50,1% do seu capital social, o GPA é titular de ações representando 43,9% do capital social total de PF.com e alguns de seus executivos são titulares das ações remanescentes, correspondentes a 6% do capital social total de PF.com. A PF.com opera a atividade de comércio eletrônico, atualmente desenvolvida pelos sites: *www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br* e *www.casasbahia.com.br*, além da atividade de comércio eletrônico atacadista de bens duráveis.

Será celebrado pelas partes e divulgado ao mercado acordo de acionistas da Globex, bem como será celebrado acordo de acionistas da PF.com, regulando os direitos e obrigações de cada parte nas referidas companhias.

As partes submeteram conjuntamente ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência as condições da associação, nos termos originalmente acordados e, conforme fato relevante divulgado pelas partes em 3 de fevereiro de 2010, firmaram naquela data Acordo Provisório de Reversibilidade da Operação (APRO) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Outrossim, em 06 de julho de 2010, as partes comunicaram ao CADE a celebração do mencionado aditivo.

1. Informações corporativas – Continuação

a) Reorganizações Societárias -- Continuação

(iii) PF.com

Em 15 de abril de 2010, GPA, PF.com, German Pasquale Quiroga Vilardo, Eduardo Khair Chalita, Renato Guillobel Drumond e Eduardo Valente de Castro celebraram o Acordo de Transição, segundo o qual as partes regularam, de forma preliminar e transitória, a integração do site de comércio eletrônico *www.extra.com.br* ("Extra.com"), de propriedade do GPA, nas atividades atualmente conduzidas pela PF.com.

O prazo de vigência deste Acordo é de 6 (seis) meses, a partir da data de sua assinatura, ou até a implementação da integração definitiva, o que ocorrer antes.

A Integração teve início no dia 19 de abril de 2010. A partir desta data, todas as compras feitas através do portal Extra.com, bem como através do televendas serão atendidas pela PF.com, que passará a auferir a totalidade das receitas relacionadas e poderá livremente estabelecer os termos e condições para operação do negócio, incluindo mas não se limitando a estabelecimento de preços, margem de lucro, escolha de fornecedores e estrutura logística a ser utilizada.

Na mesma data, as partes celebraram um Contrato de Licença de Uso de Marcas e Nomes de Domínio, pelo qual o GPA, na qualidade de titular dos respectivos direitos de propriedade intelectual do Extra.com, concede à PF.com, a título gratuito e exclusivamente para fins de desenvolvimento das atividades do Extra.com durante o Período de Transição.

Foi celebrado Contrato de Licença de Uso de Marcas entre a Globex e a PF.com, com prazo de 99 anos e não oneroso por todo o tempo em que a Globex detiver o controle da PF.com. Foi acordado investimento pela Globex na E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A. empresa que tem como objetivo prestar serviços na área de comércio eletrônico.

b) Incêndio no Centro de Distribuição de Guarulhos

Em 12 de maio de 2010 houve um incêndio no centro de distribuição em Guarulhos, porém em 15 de maio as atividades de entrega foram completamente regularizadas, através do atendimento da demanda pelos outros 3 centros de distribuição da Companhia.

A Companhia não teve prejuízos significativos com o incidente, considerando que mantinha contratos de seguros apropriados sobre esse tipo de evento. Atualmente o processo de reembolso dos gastos incorridos está em análise pela companhia de seguro, sobre uma parcela remanescente da indenização a ser paga.

2. Base de elaboração

As Informações Trimestrais individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo dispositivos alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB. As Informações Trimestrais originalmente arquivadas na CVM foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de julho de 2010. As ITRs reapresentadas refletindo a aplicação de todos os pronunciamentos do CPC emitidos em 2009, conforme previsto pela Deliberação CVM nº. 656, de 25 de janeiro de 2011, forma aprovadas em reunião de diretoria realizada em 12 de maio de 2011.

As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em reais.

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional"). As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

Declaração de conformidade

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB.

Nas informações trimestrais individuais, os investimentos em controlada estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações trimestrais individuais.

2. **Base de elaboração** – Continuação

(i) Ajustes e reclassificações referentes a exercícios anteriores:

A Companhia, como parte do processo de harmonização de práticas, critérios e estimativas contábeis e entendimento jurídico do novo acionista controlador, identificou no segundo semestre de 2009, diversas diferenças de entendimentos na aplicação conceitual de padrões contábeis atribuíveis a exercícios anteriores, que levaram com que o resultado de exercício findo em 31 de dezembro de 2008 fosse reapresentado.

Para proporcionar comparabilidade, o resultado do semestre findo em 30 de junho de 2009 está sendo apresentado nestas informações trimestrais ajustado para refletir também essa revisão de critério. Os principais impactos foram :

a) Custos logísticos – reclassificação de R$ 34.448 na controladora e R$ 38.902 no consolidado;
b) Custos de captação – reclassificação de R$ 21.179 no consolidado;

Os efeitos agregados por conta dos ajustes acima mencionados estão demonstrados abaixo, conforme requerido pela Deliberação 564/2008 que aprovou a NPC "nº 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros (Correlação – IAS 8)"

	Controladora		Consolidado	
Contas de resultado	30.06.2009 (Publicado)	30.06.2009 (Ajustado)	30.06.2009 (Publicado)	30.06.2009 (Ajustado)
Custo de captações no mercado	-	-	(21.179)	-
Custo das mercadorias vendidas, das operações de crédito e dos serviços prestados	(1.075.993)	(1.110.441)	(1.207.095)	(1.267.176)
Despesas com vendas	(283.111)	(248.663)	(329.148)	(290.246)
Prejuízo do período	(309.320)	(308.415)	(309.320)	(308.415)
Prejuízo por ação	(2,49847)	(2,4796)	(2,49847)	(2,4796)

3. Primeira adoção do IFRS e dos CPCs

As Informações Trimestrais - ITR, originalmente apresentadas em 22 de julho de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 com vigência para 2010.

As informações trimestrais consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2010 estão apresentadas em conformidade com os CPCs e o IFRS. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na primeira adoção dos IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas em 1º. de janeiro de 2009 ("data de transição").

Na preparação dessas informações trimestrais, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

3.1 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

b) Isenção do valor justo como custo atribuído

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme facultado pelo ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) os ativos representantes do ativo imobilizado da Companhia são substancialmente itens de baixo valor de revenda, com exceção à frota de veículos leves e caminhões, que são renovadas tempestivamente; (iv) existe a revisão frequente dos valores recuperáveis, valores residuais e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado; e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

c) Isenção das diferenças acumuladas de conversão

A Companhia optou por fixar em zero os ajustes de conversão acumulada de anos anteriores para a data de transição de 1o de janeiro de 2009. Essa isenção foi aplicada a todas as controladas.

3 Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez--Continuação

3.2 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

a) Exceção da contabilização de *hedge*

A Administração utilizou a contabilização de *hedge* a partir de 1º de janeiro de 2009 somente nos casos em que a relação de *hedge* atendia aos critérios de contabilização de *hedge* do CPC 38/IAS 39 naquela data.

b) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas informações trimestrais em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

. Reversão de ativos e passivos financeiros; e
. Participação de não controladores.

3.3 Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos na data de transição:

a) Ajuste sobre economia inflacionária: refere-se ao ajuste de custo de ativos qualificáveis durante os anos de 1996 e 1997, onde o Brasil era considerado uma economia hiperinflacionária de acordo com o IFRS e não considerada pelo BR GAAP antigo.

b) Capitalização de juros: refere-se a capitalização de juros de empréstimos durante o período que a Companhia detinha ativos qualificáveis.

c) Ajustes de IFRS de coligadas: representa ajustes de práticas contábeis para a adoção do IFRS, identificadas nas subsidiárias de Globex, principalmente BINV e FIC.

3. Primeira adoção do IFRS e dos CPCs

3.3 Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs -- Continuação

Conciliação do patrimônio líquido em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2010	**31/12/2009**	**30/06/2010**	**31/12/2009**
Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela adoção dos CPC´s 15 a 43	**676.557**	642.358	**676.557**	642.358
Efeito dos ajustes pela adoção inicial retrospectivamente em 31 de dezembro de 2009 (c)	**14.625**	-	**14.625**	-
Amortização sobre economia hiperinflacionária (a)	**-**	2.959	**-**	2.959
Atualização sobre juros capitalizados (b)	**-**	2.131	**-**	2.131
Ajuste IFRS/CPC em BINV e FIC	**-**	11.266	**-**	11.266
Baixa sobre economia hiperinflacionária (a)	**(2.958)**	-	**(2.958)**	-
Baixa dos juros capitalizados (b)	**(2.131)**	-	**(2.131)**	-
Revisão da vida útil (Nota 5g)	**3.522**	-	**3.522**	-
Imposto de renda diferido sobre os ajustes	**531**	(1.731)	**531**	(1.731)
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da adoção dos CPC´s 15 a 43	**13.589**	14.625	**13.589**	14.625
Patrimônio líquido consolidado com a aplicação integral dos CPC´s 15 a 43	**690.146**	656.983	**690.146**	656.983

Conciliação do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2010 e 2009:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2010	**30/06/2009**
Lucro líquido (prejuízo) do período antes da adoção dos CPC´s 15 a 43	**32.292**	(309.320)
Amortização sobre economia hiperinflacionária (a)	**-**	(52)
Atualização sobre juros capitalizados (b)	**-**	1.423
Baixa sobre economia hiperinflacionária (a)	**(2.958)**	-
Baixa dos juros capitalizados (b)	**(2.131)**	-
Revisão da vida útil (Nota 5g)	**3.522**	-
Imposto de renda diferido sobre os ajustes	**531**	(466)
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da adoção dos CPC´s 15 a 43	**(1.036)**	905
Prejuízo do período após adoção dos CPC´s 15 a 43	**31.256**	(308.415)

4. Base de consolidação

As informações trimestrais das subsidiárias são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre empresas do grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre empresas do grupo são integralmente eliminados.

4. Base de consolidação – Continuação

As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em reais.

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a companhia atua ("moeda funcional"). As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas, e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e IFRS, e que estavam em vigor e aplicáveis para as informações trimestrais do período findo em 30 de junho de 2010.

Participação das Investidoras (%) – em 30 de junho de 2010

Investidas	GUSA	PFAB	PCRED
Globex Administração e Serviços Ltda	99,9998%	0,0002%	-
Rio Expresso Com. Atacadista de Eletrodomésticos Ltda	99,9973%	-	0,0027%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	99,9999%	-	0,0001%
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda	99,9905%	-	-
Sabara S.A.	100,0000%	-	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.	99,5000%	0,5000%	-
PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A	99,9999%	-	-
E-HUB Consultoria Participações e Comércio S.A.	45,0000%	-	-
Globex Administração de Consórcio Ltda	99,9947%	-	0,0053%

Participação das Investidoras (%) – em 31 de dezembro de 2009

Investidas	GUSA	PFAB	PCRED
Globex Administração e Serviços Ltda	99,9998%	0,0002%	
Rio Expresso Comercio Atacadista de Eletrodomésticos Ltda	99,9973%		0,0027%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	100,0000%		
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda	99,9977%		
Sabara S.A.	100,0000%		
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.	99,5000%	0,5000%	
PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A	100,0000%		
E-HUB Consultoria Participações e Comércio S.A.	45,0000%		
Globex Administração de Consórcio Ltda	99,9907%		0,0093%

a) Associadas

O Banco Investcred Unibanco S.A. fez parte das demonstrações financeiras consolidadas até 30 de setembro de 2009 no modelo de consolidação proporcional em 50%, conforme Instrução CVM Nº. 247 de 27 de março de 1996, porém após essa data o controle dessa Companhia deixou de ser compartilhado, alterando o tratamento contábil de consolidação de balanço para equivalência patrimonial na Globex e passando a ser consolidado integralmente dentro das demonstrações financeiras consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., em consequência da gestão do BINV ter passado a ser realizada pelo Itaú Unibanco Holding S.A., uma vez que a Companhia não exerce controle.

4. Base de consolidação -- Continuação

a) Associadas – Continuação

O poder de decisão quanto à gestão operacional da FIC e do BINV pertence ao Itaú Unibanco; portanto, a Companhia não tem controle para permitir a consolidação da FIC em suas demonstrações financeiras consolidadas. Por isso, a Companhia contabiliza seu investimento na FIC e no BINV pelo método da equivalência patrimonial.

Segundo o método da equivalência patrimonial, o investimento na associada é contabilizado pelo custo, refletindo ainda as alterações da participação da Companhia no patrimônio líquido da associada posteriores à aquisição. O ágio relacionado à associada está incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado nem submetido separadamente a testes de desvalorização.

A demonstração do resultado do período reflete a parcela dos resultados das operações da associada. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio da associada, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e a evidencia, conforme o caso, na demonstração das mutações no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e a associada são eliminados na medida da participação na associada.

A participação nos lucros das associadas está demonstrada na face da demonstração do resultado do período como resultados de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuível aos acionistas da associada, relacionada, portanto, ao lucro depois dos impostos e participações de não controladores nas subsidiárias das associadas. As informações trimestrais das associadas são elaboradas para a mesma data de encerramento da controladora. Quando necessário, são feitos ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por desvalorização adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia determina na data de cada balanço se há evidências de que o investimento na associada está desvalorizado. Se for o caso, a Companhia calcula o valor da desvalorização como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece o valor na demonstração do resultado do período.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre a associada, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil da associada, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas no lucro ou prejuízo.

5. Resumo das principais práticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia celebra o contrato. Quando reconhecidos, são registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada espécie de ativo ou passivo financeiro.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros incluídos no escopo do CPC 38 são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou derivativos designados como instrumentos de *hedge* em uma operação de *hedge* eficaz, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de investimentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, os mesmos são reconhecidos no resultado, são somado aos custos da transação diretamente atribuíveis.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) e são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, contas a receber de partes relacionadas e depósitos judiciais.

Mensuração subseqüente

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

a. Ativos financeiros pelo valor justo no resultado: são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo. Essa categoria inclui os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge*, conforme definido pela CPC 38. Os derivativos, incluindo derivativos embutidos, são classificados também como disponíveis para venda, salvo se designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

a. Ativos financeiros pelo valor justo no resultado - Continuação
Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo, com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras. Quando de seu reconhecimento inicial, a Companhia não designou nenhum ativo financeiro pelo valor justo no resultado, à exceção de derivativos.

b. Empréstimos concedidos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

c. Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, usando o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;

- A Companhia transferiu seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e recompensas do ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e recompensas do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e recompensas do ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é reconhecido na medida da continuidade do envolvimento da Companhia nesse ativo.

Nesse caso, a Companhia reconhece também um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia verifica se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período consolidada. A receita de juros é registrada nas informações trimestrais como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimento mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensuração das eventuais perdas por não recuperação é a taxa de juros efetiva atual definida nos termos do contrato. Para simplificar, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

Se, em período subseqüente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da não recuperação (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do período consolidada. Se uma baixa futura for recuperada posteriormente, a recuperação é creditada aos custos financeiros.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quanto aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia, em primeiro lugar, verifica se há evidência objetiva de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não –, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Caso haja evidência objetiva da ocorrência da perda do valor recuperável, o valor da respectiva perda é calculado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente do fluxo de caixa estimado (excluindo perdas de crédito estimadas e ainda não incorridas). O valor presente do fluxo de caixa estimado é descontado à taxa de juros original dos ativos financeiros. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, o desconto para mensurar eventuais perdas do valor recuperável será a taxa de juros efetiva à data presente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita financeira continua a ser acumulada sobre o valor contábil reduzido à taxa de juros utilizada para descontar fluxo de caixa futuro a fim de mensurar a perda do valor recuperável. Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado do período. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Caso, no período subsequente, a importância da perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa futura for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado do período.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados, sem cotação em mercado ativo. Após cálculo inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros (EIR), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o EIR. A amortização EIR está incluída no lucro financeiro na demonstração do resultado do período. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do período em despesas financeiras.

O contas a receber oriundo de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, ações de marketing, reembolsos de custo de frete, etc.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 são classificados como passivos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos ou financiamentos ou derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, saques a descoberto, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subseqüente

A mensuração depende da classificação dos passivos, conforme segue:

d. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado: incluem os passivos financeiros normalmente negociados antes do vencimento, passivos designados pelo valor justo no resultado quando de seu reconhecimento inicial e derivativos, exceto os designados como instrumentos de *hedge*. São mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As despesas de juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação do valor justo, conforme o caso, são reconhecidas no resultado quando incorridas.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*

Mensuração subseqüente – Continuação

e. Empréstimos e financiamentos: Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do período quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como baixa de reconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é informado nos balanços patrimoniais, se e somente se houver um direito atualmente exigível de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A nota explicativa 20 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

b) Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente re-mensurados pelo valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

b) Contabilização de *hedge* – Continuação

No início de uma relação de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegido, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficientes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficientes ao longo de todos os períodos dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Os *hedges* que satisfazem aos critérios de contabilização de *hedge* são contabilizados da seguinte forma:

Hedges de valor justo

A alteração do valor justo de um derivativo de *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido atribuível ao risco protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido no resultado financeiro.

Com relação aos hedges de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo valor amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do período restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo sê-lo, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido.

Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o CPC 03, o caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa e às aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com data de vencimento original igual ou inferior a três meses. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas informações trimestrais.

d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas do grupo.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

d) Estoques - Continuação

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os ativos e passivos circulantes, quando relevantes, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o competente reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica “resultado financeiro”.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. Quando existem indicadores de não recuperação, ou quando do teste anual de não recuperação, a Companhia estima o valor de recuperação do ativo. O valor de recuperação de um ativo é o maior entre valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), apura-se o valor recuperável de cada ativo específico, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado desvalorizado e baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado, ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na apuração do valor justo com dedução dos custos de venda, adota-se um modelo de avaliação adequado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados no caso das subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

As perdas por desvalorização são reconhecidas no resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo desvalorizado.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com relação aos ativos, com exceção do ágio, faz-se uma avaliação, na data de cada balanço, dos eventuais indícios de que as perdas por não recuperação reconhecidas anteriormente não existam mais ou tenham se reduzido. Caso existam tais indícios, a Companhia estima o valor recuperavel do ativo ou unidade geradora de caixa. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houve alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo desde o reconhecimento da perda por desvalorização mais recente. A reversão é limitada de modo que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável ou o valor contábil que seria apurado, líquido da depreciação, se não fosse reconhecida nenhuma perda por recuperação do ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado do período.

Aplicam-se também os critérios a seguir na avaliação da recuperação de ativos específicos:

Ágio

O ágio é submetido a testes de não recuperação anualmente (em 31 de dezembro) e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

A desvalorização do ágio é apurada avaliando-se o valor de recuperação de cada UGC (ou grupo de UGCs) à qual se referir o ágio. Quando o valor de recuperação da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, reconhece-se uma perda por desvalorização. As perdas por desvalorização relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. O valor recuperável é o maior entre seu valor de uso e o valor justo, menos os custos de venda desse ativo, de uma unidade geradora de caixa.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

g) Imobilizado - Continuação

Categoria de ativos	Taxa de Depreciação Anual em % 31.12.2009	A partir de 01.01.2010
Edifícios	4%	2,50%
Benfeitorias	20%	4,17%
Equipamentos de processamento de dados	20%	10,00% a 50,00%
Instalações	10%	4,17% a 10,00%
Móveis e utensílios	10%	8,33% a 33,33%
Veículos	20%	20,00%
Máquinas e equipamentos	10%	2,78% a 50,00%
Decoração	10%	20,00%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado quando da baixa do ativo.

Como parte do processo de revisão periódica da vida útil dos itens do imobilizado, a Companhia contratou uma firma especializada para elaborar um relatório de avaliação da vida útil. A Companhia aplicou as novas vidas úteis prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010, já que as novas vidas representam uma mudança de estimativa. A aplicação da nova vida útil a partir de 1º de janeiro de 2010 impactou na redução da despesa com depreciação em R$3.522 no período encerrado em 30 de junho de 2010.

h) Custos de captação de empréstimos

Os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas no período em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia incorre em função da captação de recursos.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são determinados com base em seu valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por desvalorização acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado do período quando incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquirido, software desenvolvido para uso interno.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica estimada e submetidos a testes de não recuperação quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício financeiro. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do período, na categoria despesas, conforme a função do ativo intangível.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida. O software é amortizado ao longo de cinco anos.

Os ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo e reconhecidos na demonstração do resultado do período quando da baixa do ativo.

j) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Todos os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos ou passivos não circulantes.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

k) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil ou contendo um arrendamento mercantil baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são rateados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacionais quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas do arrendamento mercantil (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas pelo método linear durante o prazo do arrendamento mercantil.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e é possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro –, o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada na demonstração do resultado do período líquida do eventual reembolso.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos em lei. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia

n) Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio atribuível aos acionistas da Companhia, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio atribuído aos acionistas da Companhia. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

o) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores do Grupo) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

Nas situações em que são emitidos instrumentos patrimoniais e alguns dos bens ou serviços recebidos pela companhia como contraprestação não podem ser identificados especificamente, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo da operação de pagamento baseado em ações e o valor justo dos eventuais bens ou serviços identificáveis recebidos na data da outorga. Em seguida, o valor é capitalizado ou lançado como despesa, conforme o caso.

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio, ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos títulos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

5. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

o) Pagamento baseado em ações - Conitnuação

Operações liquidadas com ações

A despesa ou receita referente a cada período no resultado representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do período. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completam o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esta é tratada como se fosse totalmente adquirida na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

p) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o período, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado pelo método das ações em tesouraria, conforme segue:

- *numerador:* lucro do exercício;
- *denominador:* número de ações ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

5. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

q) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia receberá benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de representante. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) *Vendas de mercadorias*

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) *Receita de juros*

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva (EIR), que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

q) Apuração do lucro líquido--Continuação

(ii) *Lucro bruto*

O lucro bruto corresponde à diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e contraprestações em dinheiro recebidas de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos assinados com os mesmos.

A remuneração em dinheiro recebido de fornecedores é mensurada com base nos contratos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo todos os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos depois do recebimento inicial das mercadorias em uma das lojas ou depósitos da Companhia. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) *Despesas de vendas*

As despesas de venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção etc.

(iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e funções financeiras.

(v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado adotada pela Companhia.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

q) Apuração do lucro líquido--Continuação

(vi)*Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o período, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à nova mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre contingências e impostos e despesas de juros sobre arrendamentos financeiros, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e disponibilidades e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à nova mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos.

r) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de Renda e Contribuição Social correntes ativos e passivos referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços, nos estados brasileiros em que a Companhia opera e gera receita tributável.

A tributação sobre a receita compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e é calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis segundo a legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferido passivo referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributável.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

r) Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Continuação

São reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todas as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o ativo fiscal diferido referente à diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos ativos fiscais diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que lhe originou no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes de imposto de renda e os impostos diferidos se referirem à mesma companhia contribuinte e à mesma autoridade tributária.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

r) Tributação--Continuação

Outros Impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, e são apresentadas como deduções das vendas no resultado do período.

Os valores a recuperar derivados do ICMS, PIS e COFINS não cumulativos são deduzidos do custo das mercadorias vendidas. O PIS e COFINS a pagar referentes a receitas de juros e o PIS e COFINS a recuperar derivados de despesas financeiras também são incluídos nessas rubricas no resultado.

Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização.

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

s) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2007

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante de qualquer participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

s) Combinações de negócios e ágio -- Continuação

Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2007 – Continuação

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas segundo o CPC 38 por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes. Caso o pagamento contingente seja classificado como patrimônio, não será reajustado até que seja finalmente liquidado dentro do patrimônio líquido.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre o pagamento transferido e o montante reconhecido de participação acionistas não controladores sobre os ativos líquidos identificados adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

Combinações de negócios antes de 1º de janeiro de 2007

As combinações de negócios foram contabilizadas comparando-se o preço de aquisição os valores contábeis históricos dos ativos líquidos. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição constituíram parte dos custos de aquisição. As participações de acionistas não controladores (anteriormente conhecidas como participações de minoritários) foram mensuradas segundo a participação proporcional no patrimônio líquido da companhia adquirida.

5. Resumo das principais práticas contábeis -- Continuação

t) Provisão para reestruturação

A provisão para reestruturação e reorganização foi constituída em montante suficiente para fazer face aos custos de reestruturação administrativas decorrente de mudança de controle acionário da Companhia, conforme critérios estabelecidos no CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela deliberação CVM nº. 594/09.

u) Conversões das informações trimestrais de uma moeda estrangeira real

(i) *Moeda funcional e de apresentação das informações trimestrais*

A moeda funcional da Companhia é o Real. As Informações Trimestrais de cada controlada, consolidada pela Companhia, bem como as Informações Trimestrais utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

(ii) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira foram convertidos para reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

6. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as informações trimestrais da Companhia:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- Alterações nos pronunciamentos de IFRS vigentes – O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

  - IFRS 3 – Combinação de Negócios.
  - IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
  - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.
  - IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais
  - IFRIC 13 – Programa de Fidelidade a Cliente

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

7. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos

A elaboração das informações trimestrais consolidadas da Companhia exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do período. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais consolidadas:

a) *Compromissos de arrendamento mercantil operacional – A Companhia como arrendatária*

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamentos mercantis financeiros.

b) *Não aplicação do custo atribuído para os itens de ativo imobilizado*

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme facultado pelo ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) os ativos representantes do ativo imobilizado da Companhia são substancialmente itens de baixo valor de revenda, com exceção à frota de veículos leves e caminhões, que são renovadas tempestivamente; (iv) existe a revisão frequente dos valores recuperáveis, valores residuais e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado; e (v) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Estimativas e premissas

As principais premissas referentes às fontes futuras e outras fontes principais de incerteza das estimativas na data do relatório com risco significativo de acarretar um ajuste substancial dos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício estão discutidos a seguir.

a) *Impostos sobre a renda*

Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas.

7. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

a) *Impostos sobre a renda* – Continuação

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis conseqüências de inspeções das autoridades fiscais dos respectivos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva companhia.

São reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da administração, com base no momento provável e no nível de lucro real futuro, baseados no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia totalizam um benefício fiscal de R$112.429 em 30 de junho de 2010 (R$139.943 em 31 de dezembro de 2009). Esses prejuízos não têm prazo prescricional e referem-se a subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para suporte de uma parcela desses saldos.

A nota explicativa 13 fornece outros detalhes sobre impostos.

b) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros*

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados no balanço é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo CPC 38, a quem determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis; ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

7. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

Estimativas e premissas—Continuação

b) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros* - Continuação

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs desses modelos são extraídos do mercado quando possível, quando tais observações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos inputs tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

c) *Pagamentos baseados em ações*

A Companhia mensura o custo das operações com funcionários liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 23.

d) *Nova estimativa de vida útil econômica dos itens do ativo imobilizado*

No exercício de 2010, a Companhia decidiu revisitar a sua estimativa contábil com relação à vida útil econômica dos itens do ativo imobilizado. Conseqüentemente, a demonstração do resultado apresentou valores de depreciação não comparativos. A nova estimativa de vida útil foi realizada prospectivamente a 1º de janeiro de 2010, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Retificação de Erros, com o objetivo de manter premissas mais consistentes com o fluxo de investimentos da Companhia.

8. Caixa e equivalentes de caixa:

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Caixa		**12.430**	8.893	**12.436**	8.898
Bancos		**5.083**	25.509	**12.216**	31.572
		17.513	34.402	**24.652**	40.470
Certificado de deposito bancário					
Banco Bradesco	103,00 a 103,50% CDI	**-**	-	**18.593**	13.463
Banco Itau BBA S.A.	98,50% a 105,00% CDI	**8.980**	8.780	**10.587**	8.780
Banco Real	103,00% CDI	**527**	508	**527**	508
Banco Safra	99,00% a 104,80% CDI	**4.745**	4.957	**4.750**	5.295
Banco Santander	98,70% a 99,00% CDI	**91**	88	**91**	88
Banco Unibanco	100,00% a 102,00 CDI	**-**	757	**-**	2.507
Banco Votorantim	99,50% a 104,60 CDI	**2.764**	3.775	**7.855**	11.609
Banco do Brasil	100,00% CDI	**474**	1.819	**474**	1.819
		17.581	20.684	**42.877**	44.069
Fundos de Investimentos					
Banco Banrisul	7,02% a.a.	**148**	146	**148**	146
Banco HSBC Private Bank	Dólar + 0,40%a.a.	**18.643**	1.456	**18.643**	1.456
		18.791	1.602	**18.791**	1.602
		36.372	22.286	**61.668**	45.671
		53.885	56.688	**86.320**	86.141

A Companhia classifica suas aplicações financeiras, acima demonstradas, como ativos financeiros por meio do resultado.

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Cartão de crédito próprio e de terceiros	**33.098**	125.451	**134.092**	225.520
Operações de crédito- direto consumidor	**9.829**	10.774	**9.829**	10.774
Duplicatas a receber de clientes de atacado	**52.632**	64.942	**52.632**	64.942
Outras contas a receber de clientes	**-**	200	**-**	200
Ajuste a valor presente	**(23.918)**	(36.421)	**(27.068)**	(47.782)
	71.641	164.946	**169.485**	253.654
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(2.974)**	(4.980)	**(10.658)**	(7.521)
	68.667	159.966	**158.827**	246.133

9. Contas a receber - Continuação

a) Cartões de crédito próprio e de terceiros

Quando necessário a Companhia efetua a operação de venda de recebíveis de cartões de crédito junto aos bancos ou junto às próprias administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover-se de capital de giro decorrente de eventuais desencaixes no fluxo de caixa.

b) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela Companhia e suas controladas consideraram as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, durante o período findo em 30 de junho de 2010 essas taxas variaram entre 0,79% e 1,17% (0,73% a 0,85% em 31 de dezembro de 2009).

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída conforme análise da Administração, considerando a média histórica de perdas efetivas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 dezembro de 2009	**(4.980)**	**(7.521)**
Adições	(1.801)	(5.087)
Baixas	2.820	2.820
Saldo em 31 março de 2010	**(3.961)**	**(9.788)**
Adições	(1.270)	(3.127)
Baixas	2.257	2.257
Saldo em 30 junho de 2010	**(2.974)**	**(10.658)**

			Vencidos mas não provisionados para perda			
	Total	A vencer	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
30/06/2010	**158.827**	**154.500**	**-**	**4.326**	**-**	**-**
31/12/2009	246.133	150.209	-	3.191	92.733	-

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Nas lojas	**336.630**	401.899	**336.629**	401.899
Nos centros de distribuição	**279.152**	296.494	**429.353**	363.913
Provisões sobre os estoques	**(31.399)**	(32.155)	**(33.090)**	(32.526)
Ajuste a valor presente sobre os estoques	**-**	(5.597)	**(1.801)**	(6.215)
	584.383	660.641	**731.091**	727.071

Os estoques e os custos das mercadorias vendidas da companhia e suas controladas refletem os efeitos dos ajustes a valor presente da conta de fornecedores.

11. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Contas a receber referente venda de ativo imobilizado (1)	**18.103**	18.154	**18.103**	18.154
Publicidade cooperada com fornecedores	**37.805**	33.095	**37.805**	33.095
Adiantamentos a fornecedores	**11.278**	25.335	**12.608**	26.174
Contas a receber relativo a créditos não homologados (2)	**28.457**	-	**28.457**	-
Contas a receber de operações virtuais	**1.118**	2.824	**1.118**	2.824
Sinistros a receber (3)	**48.252**	2.269	**48.252**	2.269
Contas a receber serviços prestados	**783**	516	**783**	516
Outros	**2.464**	17.630	**4.273**	20.629
	148.260	99.823	**151.399**	103.661
Circulante	**130.157**	88.930	**133.296**	92.662
Não circulante	**18.103**	10.893	**18.103**	10.999

(1) Contas a receber referente à venda, ocorrida em março de 2008, do saldo remanescente, equivalente a 32,84%, da área pertencente ao Centro de Distribuição (CD), localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

(2) A Companhia efetuou em 2007 a compra de créditos de PIS/COFINS para serem compensados com passivos tributários. Como os referidos créditos não foram homologados pelas autoridades fiscais, a Companhia será ressarcida pela empresa vendedora em 92% do montante pago conforme previsto contratualmente.

(3) Valores a receber da empresa seguradora basicamente em função do incêndio ocorrido em um dos centros de distribuição da Companhia.

12. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
PIS – Programa Integração Social	**11.607**	15.502	**15.464**	16.784
COFINS – Contribuição para o Financiamento Seg. Social	**56.052**	70.167	**73.127**	75.160
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviço	**211.881**	158.980	**212.779**	158.980
Imposto de renda	**5.482**	6.935	**9.580**	12.606
Contribuição social	**612**	600	**1.853**	1.977
Outros impostos a recuperar	**17.407**	168	**17.713**	462
	303.041	252.352	**330.516**	265.969
Circulante	**227.510**	140.913	**254.985**	154.530
Não circulante	**75.531**	111.439	**75.531**	111.439

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração da reconciliação do imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	**33.667**	(345.522)	**30.067**	(342.681)
Alíquota vigente	**34%**	34%	**34%**	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(11.447)**	117.477	**(10.223)**	116.512
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	**3.683**	(6.814)	**2.483**	-
Remuneração com base em ações – nota 24g	**112**	(1.206)	**112**	(2.768)
Outros	**5.241**	(590)	**8.817**	(7.718)
Crédito (despesa) Contabilizado	**(2.411)**	108.867	**1.189**	106.026
Provisão para perdas IR e CS	**-**	(71.760)	**-**	(71.760)
Total IRPJ e CSLL	**(2.411)**	37.107	**1.189**	34.266

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo da Companhia estão apresentados a seguir:

13. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	**31.12.2009**	**30.06.2010**	**31.12.2009**
Imposto de renda:				
Prejuízos fiscais	**102.123**	101.504	**112.429**	102.411
Provisão para demandas judiciais	**45.421**	43.322	**45.599**	47.607
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**6.258**	4.564	**6.258**	4.564
Provisão para perdas nos estoques	**7.850**	8.039	**7.850**	8.039
Provisões diversas	**13.577**	32.192	**13.769**	32.384
Benefício fiscal ágio incorporação reversa (CVM 319/99)	**189.717**	189.717	**189.717**	189.717
Ajuste a valor presente arrendamento mercantil e provisão para recuperabilidade de ativos	**9.878**	10.420	**9.878**	12.741
Outros	**7.557**	11.599	**7.557**	11.600
	382.381	401.357	**393.057**	409.063
Contribuição social:				
Base negativa	**30.565**	37.206	**30.572**	37.532
Provisão para demandas judiciais	**16.351**	16.362	**16.415**	17.905
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**2.253**	1.643	**2.253**	1.643
Provisão para perdas nos estoques	**2.826**	2.894	**2.826**	2.894
Provisões diversas	**4.886**	11.446	**4.956**	11.515
Benefício Fiscal ágio incorporação reversa (CVM 319/99)	**68.297**	68.298	**68.297**	68.298
Ajuste a valor presente arrendamento mercantil e provisão para recuperabilidade de ativos	**3.556**	3.751	**3.556**	4.586
Outros	**3.011**	4.611	**6.629**	4.611
	131.745	146.211	**135.504**	148.984
	514.126	547.568	**528.561**	558.047
Provisão para perda de imposto de renda	**-**	-	**-**	(2.068)
Provisão para perda de contribuição social sobre lucro líquido	**-**	-	**-**	(744)
	514.126	547.568	**528.561**	555.235
Não circulante	**514.126**	547.568	**528.561**	555.235

13. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais--Continuação

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de (i) expectativa da Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos dez anos, conforme indicado a seguir.

Exercício social	Controladora	Consolidado
2010	27.832	31.008
2011	31.997	32.098
2012	46.829	46.930
2013	51.447	51.548
2014	356.021	366.977
	514.126	528.561

Em atendimento ao CPC32 – Tributos sobre o Lucro e aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado e formalmente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

14. Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
ATIVO				
Financeira Itaú CBD S.A/Banco Investcred				
Crédito direto ao consumidor	**684**	3.459	**677**	3.459
Ressarcimento de despesas	**12.469**	62	**12.469**	62
Correspondente bancário	**1.048**	264	**1.048**	264
Aluguéis de imóveis e taxas a receber	**721**	-	**721**	-
Venda de ativo	**988**	988	**988**	988
Indenizações judiciais	**3.606**	3.370	**3.606**	3.370
Outras	**1.225**	5.822	**1.225**	5.822
Globex Administração de Consórcios Ltda.				
Ressarcimento de despesas	**-**	2	**-**	-
Aluguel de imóveis	**-**	22	**-**	-
Globex Administração de Consórcios Ltda. (Grupo)				
Prestações recebidas de consorciados – CDC	**-**	15	**-**	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.				
Ressarcimento de despesas	**-**	619	**-**	-
CDC – Prestações recebidas	**-**	263	**-**	-
Contrato de Mútuo	**153**	-	**-**	-
Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda.				
Repasse intermediação de serviços	**3.279**	3.279	**-**	-
Companhia Brasileira de Distribuição				
Outros saldos de inter-companhias	**84.750**	-	**88.861**	-
Ponto Frio.com Comércio Eletrônico S.A.				
Ressarcimento de despesa	**-**	1.067	**-**	-
Outros saldos intercompanhias	**-**	3.678	**-**	-
Total do ativo	**108.923**	22.910	**109.595**	13.965
Circulante	**24.173**	22.910	**24.456**	13.965
Não circulante	**84.750**	-	**85.139**	-

14. Transações com partes relacionadas -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
PASSIVO				
Financeira Itaú CBD S.A. / Banco Investcred				
Crédito direto ao consumidor	**1.249**	9.967	**1.249**	9.945
Ressarcimento de despesas	**20.000**	1.842	**20.000**	1.842
Outros	**963**	980	**965**	980
Globex Adm. de Consórcios Ltda. (Grupo)				
Prestações recebidas de consorciados	**-**	2	**-**	-
Globex Administração e Serviços Ltda.				
Aluguel de imóveis	**316**	303	**-**	-
Contrato de mútuo	**32.641**	29.670	**-**	-
Ponto Frio Administ. e Importação de Bens Ltda.				
Contrato de mútuo	**11.405**	10.922	**-**	-
Ponto Frio.com Comércio Eletrônico S.A.				
Ressarcimento de despesa	**-**	-	**4.017**	-
Companhia Brasileira de Distribuição				
Ressarcimento de despesa	**3.238**	5.226	**3.238**	5.226
Contrato de mútuo	**46.049**	-	**46.049**	-
Venda de mercadorias	-	-	4.435	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A.				
Contrato de mútuo	**91.405**	**-**	**91.405**	**-**
Sendas Distribuidora S.A.				
Compra de mercadorias	**804**	1.605	**804**	1.605
Total do passivo	**208.070**	60.517	**172.162**	19.598
Circulante	**26.569**	19.925	**34.707**	19.598
Não circulante	**181.501**	40.592	**137.455**	-

14. Transações com partes relacionadas -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
RECEITA E DESPESA	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Financeira Itaú CBD S.A./ Banco Investcred				
Ressarcimento de despesas	**(6.834)**	5.898	**(6.834)**	2.949
Correspondente bancário	**588**	3.050	**588**	1.525
Aluguel de imóveis	**539**	925	**539**	463
Despesa financeira com desconto de recebíveis	**-**	(325)	**-**	(163)
Globex Administração de Consórcios Ltda.				
Aluguel de imóveis	**-**	105	**-**	53
Globex Administração e Serviços Ltda.				
Aluguel de imóveis	**(2.108)**	(1.787)	**-**	-
Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda.				
Despesa financeira em desconto de recebíveis	**-**	7	**-**	4
Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil				
Aluguel de imóveis	**-**	1	**-**	1
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.				
Serviços	**-**	-	**-**	7.271
Cia Brasileira de Distribuição				
Ressarcimento de despesas	**9.406**	-	**9.406**	-
	1.591	7.874	**3.699**	12.103

As transações efetuadas com as Companhias acima foram realizadas em condições usualmente praticadas pelo mercado em transações da mesma natureza, sendo as principais:

a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A./ Banco Investcred

O ativo está representado, principalmente, por operações de crédito direto ao consumidor decorrente de vendas a prazo, realizadas pela Companhia e financiadas pelo Banco Investcred até 30 de setembro de 2009 e após cisão pela Financeira Itaú CBD S.A. Nesta operação a Companhia recebe o valor presente das vendas a prazo em até 2 dias.

O passivo está representado, principalmente, por valores a serem repassados decorrentes de prestações recebidas nos caixas das lojas da Companhia, e que serão repassadas em até 2 dias após a efetiva disponibilização dos recursos na conta da Companhia.

O resultado no trimestre findo em 30 de junho de 2010 representa principalmente: (i) ressarcimento de despesas decorrentes da utilização de infra-estrutura, principalmente, de custos e despesas comuns na proporção de seu respectivo aproveitamento, entre elas: despesas de salários de operadores de caixas, comissões na venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras de desconto de recebíveis (chamadas de “rebate financeiro”) e (iii) receita de aluguel de imóveis.

Está sendo elaborado um novo contrato de compartilhamento de custos entre a Companhia e a Financeira Itaú CBD S.A. após a cisão parcial do Banco Investcred.

14. Transações com partes relacionadas -- Continuação

b) Contratos de mútuos com as controladas e controladora.

A Globex possui contrato de mútuo com as controladas Globex Administração de Serviços Ltda., Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda, Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. e com a controladora Cia Brasileira de Distribuição, que são atualizados pela taxa de 101,65% a 105,8% do CDI.

c) Operações com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição

A controladora CBD, durante o período findo em 30 de junho de 2010, efetuou contratações de empresas de prestação de serviços assim como despesas com pessoal para integração e suporte as operações da controlada Globex Utilidades S.A., após aquisição da mesma, sendo assim, a controlada considerou em seu saldo de partes relacionadas uma obrigação com a controladora.

Registro de contas a receber referente ao “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Globex, CBD e Casas Bahia, que garante a Globex o direito de indenização, por CBD, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Globex a partir de 30 de junho de 2010.

d) Operações de venda de mercadorias com empresas controladas e ligadas

A Companhia revendeu a prazo para sua controlada PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A., no início de suas atividades em 2008, cujo montante está sendo eliminado nas demonstrações consolidadas. A Companhia também efetuou operações de compra de mercadorias para revenda com a ligada Sendas Distribuidora S.A. de acordo com as práticas de mercado e estão devidamente registradas compondo o saldo no balanço da controladora e consolidado.

e) Operações com as empresas dos administradores da PontoFrio.com

Conforme previsto no acordo operacional da Controlada PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A. (“PontoFrio.com”) em 1º de agosto de 2008, o Conselho de Administração da PontoFrio.com pode autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a PontoFrio.com e qualquer de seus acionistas, administradores ou sociedades controladas ou controladores de seus acionistas controladores, qualquer que seja o valor, exceto nos casos previstos em Lei ou regulamento como competência da Assembléia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração aprovou a contratação de algumas empresas que os administradores da PontoFrio.com possuem participação e foram consideradas pela PontoFrio.com como partes relacionadas.

As empresas foram contratadas para prestação de serviços de transporte e de atualização e manutenção de sistemas, até 30 de junho 2009, sendo que nenhum outro serviço pode ser efetivado após essa data sem aprovação do Conselho de Administração da PontoFrio.com. As transações efetuadas com essas Companhias durante o período findo em 30 de junho de 2010 foram efetuadas em condições compatíveis com as de mercado e a soma dos valores envolvidos foi inferior a R$500.

15. Investimentos

Participações em controladas e controladas em conjunto

			Controladora			
			30.06.2010		31.12.2009	
	Quotas	Participação	Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	Lucro Líquido (prejuízo)	Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	Lucro Líquido (prejuízo)
Participações diretas:						
Globex Adm. e Serviços Ltda.	34.881.338	99,99%	**44.228**	**2.666**	41.562	4.004
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (4)	84.215	99,99%	**(9.659)**	**351**	(10.009)	(18.968)
Rio Expresso Com. Atac. de Eletrodomésticos Ltda.	15.000.000	100%	**936**	**14**	922	52
Globex Administração de Consórcios Ltda. (2)	972.358	99,99%	**1.768**	**(1.469)**	2.897	(1.970)
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. (4)	19.900	99,50%	**(114)**	**(64)**	(82)	(143)
PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A.	27.999.993	99,99%	**21.148**	**485**	19.187	(12.977)
E-HUB Consultoria Participações e Comércio S.A. (3)	450.000	45%	**4.041**	**(2.504)**	1.811	(2.359)
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	70.223.899	99,99%	**82.230**	**9.607**	72.622	2.399

	Controladora			
	Equivalência patrimonial		Valor dos investimentos	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	31.12.2009
Participações diretas:				
Banco Investcred Unibanco S.A. (1)	**-**	4.530	**-**	-
Globex Adm. e Serviços Ltda.	**2.666**	2.080	**44.228**	41.562
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (4)	**350**	(16.502)	**-**	-
Rio Expresso Com. Atacadista de eletrodomésticos Ltda.	**13**	29	**936**	923
Globex Administração de Consórcios Ltda.(2)	**(1.129)**	(2.460)	**1.768**	2.897
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. (4)	**(32)**	73	**-**	-
PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A.	**485**	(3.568)	**21.148**	19.185
E-HUB Consultoria Participações e Comércio S.A. (3)	**(1.127)**	(368)	**1.818**	1.811
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	**9.607**	-	**96.445**	86.846
Outros	**-**	-	**-**	429
	10.833	(16.186)	**166.343**	153.653
Provisão para Perda no Investimento:				
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. (4)	**-**	-	**(114)**	(82)
Ponto Frio Adm. E Importação de Bens Ltda. (4)	**-**	-	**(9.659)**	(10.010)
	-	-	**(9.773)**	(10.092)

15. **Investimentos** – Continuação

	Consolidado			
	BINV	**FIC**	**Outros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2009	28.147	56.762	465	85.374
Adições	1.148	-	-	1.148
Equivalência patrimonial	293	3.054	-	3.347
Saldos em 31 de março de 2010	29.588	59.816	465	89.869
Adições	**287**	**-**	**-**	**287**
Baixa	**-**	**-**	**(465)**	**(465)**
Equivalência patrimonial	**229**	**3.729**	**-**	**3.958**
Perda participação	**-**	**(653)**	**-**	**(653)**
Saldos em 30 de junho de 2010	**30.104**	**62.892**	**-**	**92.996**

(1) As informações trimestrais foram revisadas por outros auditores independentes.
(2) A Companhia efetuou em dezembro de 2009 um aporte de capital no Consórcio no montante de R$ 4.500 a fim de reverter o passivo a descoberto. Esse aporte de capital encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central.
(3) A Companhia efetuou a integralização de capital social na controlada em conjunto E-HUB Consultoria e Participações e Comércio S.A., no montante de R$610
(4) Efetuado provisão para perda passivo descoberto das empresas Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. e Pontocred Negócios de Varejo Ltda.

16. Imobilizado

a) Controladora:

	31.12.2009	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	30.06.2010
Terrenos	10.609	-	-	-	-	10.609
Edificações	15.730	-	(524)	-	(4)	15.202
Benfeitorias em terceiros	49.467	5.910	(9.351)	1	9.067	55.094
Máquinas e equipamentos	26.749	451	(3.389)	-	1.487	25.298
Instalações	24.949	60	(2.434)	(29)	745	23.291
Móveis e utensílios	24.166	396	(1.797)	-	2.449	25.214
Veículos	103	-	(42)	(2)	2	61
Imobilizado em andamento	12.819	4.565	-	3.343	(16.625)	4.102
Outros	6.624	-	(105)	(5.090)	11	1.440
	171.216	11.382	(17.642)	(1.777)	(2.868)	160.311
Leasing financeiro						
Veículos (nota 18)	1.488	392	(505)	-	1	1.376
Total	172.704	11.774	(18.147)	(1.777)	(2.867)	161.687

b) Consolidado

	31.12.2009	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	30.06.2010
Terrenos	15.103	-	-	(202)	1	14.902
Edificações	16.961	-	(633)	(68)	(3)	16.257
Benfeitorias em terceiros	50.576	5.852	(9.414)	1	9.127	56.142
Máquinas e equipamentos	8.990	57	(779)	-	619	8.887
Equipamentos de Informática	21.442	1.066	(2.985)	-	3.692	23.215
Instalações	25.561	519	(2.483)	(29)	1.006	24.574
Móveis e utensílios	25.136	472	(1.857)	-	2.726	26.477
Veículos	396	-	(57)	(2)	28	365
Imobilizado em curso	14.107	6.308	-	3.323	(18.789)	4.949
Outros	8.579	990	(224)	(5.090)	(2.131)	2.124
	186.851	15.264	(18.432)	(2.067)	(3.724)	177.891
Leasing financeiro						
Veículos (nota 18)	1.488	374	(506)	-	(7)	1.349
	1.488	374	(506)	-	(7)	1.349
Total	188.339	15.638	(18.938)	(2.067)	(3.731)	179.241

16. Imobilizado -- Continuação

Resumo das adições nos semestres:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Adições ao imobilizado	**9.797**	25.640	**13.661**	26.656
Juros Capitalizados	**2.606**	-	**2.606**	-
	12.403	25.640	**16.267**	26.656

A Companhia elaborou o cálculo de recuperação do ativo imobilizado (data base 30 de junho de 2009) para os montantes dos ativos de cada unidade geradora de caixa, que não são absorvidos por seus resultados futuros, conforme método de fluxo de caixa descontado. Em 30 de junho de 2010 não houve indícios que apontassem para necessidade de atualização deste estudo. A Companhia manteve no trimestre findo em 30 de junho de 2010 uma provisão para recuperação de ativos (*impairment*) no montante de R$8.771, e também foram mantidas provisões para descontinuidade de lojas decorrentes da troca do controle acionário no montante de R$3.528.

A seguir está demonstrado o resumo das baixas ocorridas durante o semestre:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Custo de aquisição dos bens baixados	**(42.528)**	(4.734)	**(43.071)**	(4.734)
Depreciação acumulada	**41.042**	2.391	**41.296**	2.391
Valor líquido contábil das baixas	**(1.486)**	(2.343)	**(1.775)**	(2.343)
Valor da venda	**-**	632	**1.800**	632
Ver.Prov.Baixa	**423**	-	**423**	-
Ganho (Perda)	**(1.063)**	(1.711)	**448**	(1.711)

17. Intangível

a. Controladora

	Ágio	Fundo de comércio	Software e Licenças	Software em Implantação	*Impairment*	Total
Saldo em 31.12.2009	7.581	14.234	22.786	8.388	(18.535)	34.454
Adições	**132**	**2.742**	**3**	**-**	**-**	**2.877**
Amortização	**-**	**(2.279)**	**(3.494)**	**-**	**-**	**(5.773)**
Baixas	**-**	**(87)**	**-**	**-**	**7.091**	**7.004**
Transferências	**-**	**2.853**	**13**	**-**	**-**	**2.866**
Saldo em 30.06.2010	**7.713**	**17.463**	**19.308**	**8.388**	**(11.444)**	**41.428**

17. Intangível – Continuação

b. Consolidado

	Ágio	Fundo de comércio	Software e Licenças	Software em Implantação	*Impairment*	Total
Saldo em 31.12.2009	7.581	14.234	32.865	3.244	(16.258)	41.666
Adições	**132**	**2.742**	**2.609**	**2.901**	**-**	**8.384**
Amortização	**-**	**(2.279)**	**(4.055)**	**-**	**-**	**(6.334)**
Baixas	**-**	**(87)**	**-**	**-**	**7.091**	**7.004**
Transferências	**-**	**2.853**	**13**	**737**	**-**	**3.603**
Saldo em 30.06.2010	**7.713**	**17.463**	**31.432**	**6.882**	**(9.167)**	**54.323**

(i) O ágio apurado na aquisição de 45% da empresa E-HUB consultoria, participações e Comércio S.A. empresa que tem como objetivos prestar serviços na área de comércio eletrônico, no montante de R$7.595 esta registrado no ativo intangível e sujeito ao teste anual de recuperação. Em 30 de junho de 2010 não foram detectados indícios de perda de recuperação desse intangível.

(ii) No primeiro trimestre do exercício social de 2010 , a Administração realizou revisões operacionais e tecnológicas de seu sistema de gestão, que indicaram a utilização de parte das licenças que foram provisionadas para perda no exercício social de 2009. Diante desta evidência, a Administração reverteu parcialmente R$ 7.091 da referida provisão, atualizando o saldo da mesma em 30 de junho de 2010 para o montante de R$ 9.167.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Adições ao intangível	**2.877**	16.751	**8.251**	18.626
	2.877	16.751	**8.251**	18.626

Para fins de consolidação, nas incorporações de sociedades controladas, as parcelas originalmente registradas sob a rubrica de investimentos, incluindo ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, foram registradas no ativo intangível. Os saldos de ágios apurados em aquisições de participações societárias estão suportados por laudos técnicos acerca da expectativa de rentabilidade futura das empresas e foram amortizadas até 31 de dezembro de 2008 de acordo com os prazos e extensões projetados os referidos laudos, limitado a 10 anos.

Desde 1º de janeiro de 2009 os saldos de ágios não são mais amortizados contabilmente, estando sujeito somente a avaliação de *impairment* nos termos do CPC 01. Nas avaliações realizadas pela Companhia em 30 de junho de 2010 e considerando as projeções de resultados futuros, a Administração concluiu por não existir necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

18. Empréstimos e financiamentos

i) Composição da dívida

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Moeda local					
BNDES	18b	**25.796**	33.242	**25.796**	33.242
IBM	18a	**6.806**	6.805	**6.806**	6.805
Capital de giro	18a	**23.933**	20.788	**27.829**	20.788
Arrendamento Financeiro	-	**453**	580	**453**	580
		56.988	61.415	**60.884**	61.415
Moeda estrangeira					
Custo de captação		**(75)**	-	**(75)**	-
		(75)	-	**(75)**	-
Total circulante		**56.913**	61.415	**60.809**	61.415

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Moeda Local					
BNDES	18b	**16.850**	29.227	**16.898**	29.311
IBM	18a	**15.314**	18.712	**15.314**	18.712
Arrendamento Financeiro	-	**63**	66	**63**	66
		32.227	48.005	**32.275**	48.089
Moeda Estrangeira					
Capital de giro	18a	**256.968**	-	**256.968**	-
Contratos de swap	18a	**(3.754)**	-	**(3.754)**	-
Custo de captação		**(57)**	-	**(57)**	-
		253.157	-	**253.157**	-
Total não circulante		**285.384**	48.005	**285.432**	48.089

ii) Cronograma de vencimentos não circulantes

Ano	Controladora	Consolidado
de 13 a 24 meses	125.046	125.094
de 25 a 36 meses	158.693	158.693
de 37 a 48 meses	1.702	1.702
Sub-total	**285.441**	**285.489**
Custo de captação	(57)	(57)
Total	**285.384**	**285.432**

18. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

a) Financiamento de capital de giro

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais em moeda local e moeda estrangeira e operações de vendor. Vendor é uma operação de financiamento de vendas baseadas em cessão de crédito, firmadas em contratos com fornecedores junto às instituições financeiras, que permitem aos fornecedores venderem seus produtos a prazo e receber à vista. A taxa utilizada pela Companhia é de até 1,5% a.m e prazos máximos de até 60 dias.
A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fianças no montante de R$44.123 dados em garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao Banco IBM e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

		Controladora			Consolidado		
		Taxa*	30.06.2010	31.12.2009	Taxa*	30.06.2010	31.12.2009
Dívida							
Moeda local							
Vendor							
Banco Brasil			**11.352**	13.980		**11.352**	13.980
Itaú			**474**	1.703		**474**	1.703
Bradesco			**592**	-		**592**	-
Alfa			**-**	5.101		**-**	5.101
Capital de giro							
Bradesco			**458**	-		**458**	-
Itaú			**1.701**	-		**3.542**	-
Safra			**943**	-		**943**	-
Unibanco			**8.413**	4		**10.468**	4
			23.933	20.788		**27.829**	20.788
Moeda Estrangeira							
Santander	USD	4,50%	**104.360**	-	4,50%	**104.360**	-
Banco Brasil	USD	3,94%	**152.608**	-	3,94%	**152.608**	-
			256.968	-		**256.968**	-
Contratos de Swap							
Santander	CDI	110,7%	**(3.472)**	-	110,7%	**(3.472)**	-
Banco Brasil	CDI	112,3%	**(282)**	-	112,3%	**(282)**	-
			(3.754)	-		**(3.754)**	-
Total Geral			**277.147**	20.788		**281.044**	20.788

* Taxa Média Ponderada

18. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

a) Financiamento de capital de giro – Continuação

A Companhia faz uso de operações de *swap* para conversão de obrigações denominadas em dólares norte-americanos, iene e juros prefixados para obrigações em reais, atreladas à variação do CDI (flutuante).

A taxa de referência anual de CDI em 30 de junho de 2010 era de 8,61% (9,84% em 31 de dezembro de 2009).

b) BNDES - A linha de crédito captada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está sujeita á indexação com base na TJLP, acrescida de juros anuais. Os financiamentos são pagos em prestações mensais após um período de carência, conforme mencionado abaixo.

Nas captações realizadas pela Companhia constitui hipótese de vencimento antecipado a alteração do controle acionário. Referidas instituições financeiras já se manifestaram formalmente quanto ao não exercício da faculdade que lhes é assegurada quanto à declaração de vencimento antecipado.

		Controladora		Consolidado	
Encargos Financeiros anual	**Vencto.**	**30.06.2010**	31.12.2009	**30.06.2010**	31.12.2009
TJLP+ 4,5% aa	Dez/2010	**850**	-	**850**	-
TJLP+ 4,5% aa	Jan/2011	**1.045**	-	**1.045**	84
TJLP+ 4,5% aa	Nov/2011	**1.118**	11.268	**1.166**	11.268
TJLP+ 2,3%	Nov/2011	**2.515**	10.811	**2.515**	10.811
TJLP+ 2,3%	Mai/2012	**2.013**	2.540	**2.013**	2.540
TJLP+ 2,8%	Nov/2011	**19.147**	25.910	**19.147**	25.910
TJLP+ 2,8%	Mai/2012	**15.958**	11.940	**15.958**	11.940
		42.646	62.469	**42.694**	62.553

19. Instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de instrumentos financeiros com o objetivo de aumentar sua capacidade de investimentos para sustentar sua estratégia de crescimento. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição a riscos decorrentes da flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos CPC`s 38, 39 e 40.

19. Instrumentos financeiros -- Continuação

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas Informações Trimestrais, por categoria, são resumidos a seguir:

	Controladora			
	Contábil		Valor Justo	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Caixa e equivalentes de caixa (*)	**53.885**	56.688	**53.885**	56.688
Contas a receber	**68.667**	159.966	**68.667**	159.966
Partes relacionadas	**108.923**	22.910	**108.923**	22.910
Fornecedores	**(623.525)**	(883.615)	**(623.525)**	(883.615)
Empréstimos e financiamentos (*)	**(342.297)**	(109.420)	**(342.297)**	(109.420)
Exposição líquida	**(734.347)**	(753.471)	**(734.347)**	(753.471)

	Consolidado			
	Contábil		Valor Justo	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Caixa e equivalentes de caixa (*)	**86.320**	86.141	**86.320**	86.141
Contas a receber	**158.827**	246.133	**158.827**	246.133
Partes relacionadas	**109.595**	13.965	**109.595**	13.965
Fornecedores	**(866.499)**	1.030.342	**(866.499)**	1.030.342
Empréstimos e financiamentos (*)	**(346.241)**	(109.504)	**(346.241)**	(109.504)
Exposição líquida	**(857.998)**	1.267.077	**(857.998)**	1.267.077

(*) os empréstimos e instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de valor justo são contabilizados pelo valor justo.

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme a seguir descritos:

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

(i) *Risco de crédito*

Caixa e equivalentes de caixa: A fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem investimentos em uma única instituição financeira, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações da instituição financeira, que são constantemente atualizados (Nota 8).

Contas a receber: O risco de crédito relativo ao Contas a Receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia e suas controladas serem realizadas por meio de cartões de crédito, e quando efetua operação de venda desses recebíveis junto aos bancos e administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover-se de capital de giro. Essa venda proporciona o dês-reconhecimento do contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos.

19. Instrumentos financeiros -- Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas -- Continuação.

(ii) *Risco de Taxas de Juros*

A Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente as necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge* Cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.

(iii) *Risco de Taxas de Câmbio*

A Companhia e suas controladas estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, e redução dos ativos de aplicações financeiras em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos, tais como swaps, que visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

(iv) Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap referidas acima são classificadas como *hedges* de valor justo. Esses contratos montam, em 30 de junho de 2010, um valor de referência de R$ 250.814. Estas operações são usualmente contratadas de forma casada em termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, são realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela administração.

As demais operações de swap realizadas pela Companhia são substancialmente relacionados a empréstimos em moeda estrangeira, visando transformar taxas de juros fixas e variáveis por taxas variáveis (CDI). Esses instrumentos são classificados como “mensurado a valor justo ao resultado”.

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores (“caps”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

19. Instrumentos financeiros – Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas -- Continuação

(iv) Instrumentos Financeiros Derivativos -- Continuação

A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedges* quando da sua contratação e em bases contínuas (pelo menos trimestralmente). As operações de *hedges* contratados no período findo em 30 de junho de 2010 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura ("*hedge* accounting"), conforme o CPC 38, a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo.

		Consolidado	
		Valor Referência	Valor Justo
Hedge de valor justo		**30.06.2010**	**30.06.2010**
Objeto do hedge (dívida)		**(250.814)**	**(259.811)**
Posição ativa			
Banco do Brasil	3,94% a.a.	150.814	156.664
Santander	4,5% a.a.	100.000	108.607
USD + Pré		**250.814**	**265.271**
Posição passiva			
Banco do Brasil	112,3% a.a.	(150.814)	(155.367)
Santander	110,7% a.a.	(100.000)	(103.970)
% CDI		**(250.814)**	**(259.337)**
		(250.814)	**(253.877)**

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o trimestre findo em 30 de junho de 2010 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber ou a pagar no valor justo de R$ 5.934 está registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos".

Os efeitos do *hedge* de valor justo no resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2010 foram de R$ 2.181.

19. Instrumentos financeiros -- Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas -- Continuação

(v) *Valores justos dos instrumentos financeiros de derivativos*

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações, com base nas curvas de CDI projetada da BM&F Bovespa e trazendo-se a valor presente mediante aplicação das taxas de DI de mercado para *swaps* divulgados pela BM&F Bovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as informações trimestrais são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

b) Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

As companhias devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros derivativos, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período.

Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&F Bovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No caso dos instrumentos derivativos (destinados à proteção de sua dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, restando demonstrado que os efeitos são praticamente nulos.

Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas do Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade abaixo, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia, em cada um dos três cenários mencionados.

19. Instrumentos financeiros -- Continuação

b) Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

(i) *Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)*

Operações	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	aumento do USD	(535.209)	(669.012)	(802.814)
Swap (ponta ativa em USD)	aumento do USD	542.649	678.312	813.974
	efeito líquido	7.440	9.300	11.160
Swap (ponta passiva em CDI)	aumento do CDI	(188.104)	(201.174)	(214.841)
Efeito líquido total			**(11.210)**	**(23.017)**

A exposição líquida da Companhia corresponde à dívida em CDI e o efeito líquido total representa a deterioração dos cenários II e III em relação ao cenário I, o qual é considerado o mais provável pela Companhia.

A Companhia projetou juros e taxas do dólar norte-americano futuros, obtidas junto à BM&FBovespa na data de vencimento de cada contrato, considerando um aumento de 25% no cenário II e um aumento de 50% para o cenário III.

Para calcular a exposição líquida, todos os derivativos foram considerados no valor justo nas respectivas datas de vencimento, bem como as dívidas relativas a elas (itens cobertos por hedge) e outros instrumentos financeiros da Companhia.

c) Posição consolidada dos instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2010, a posição consolidada das operações de derivativos em aberto, estão apresentadas no quadro abaixo:

					Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
Descrição	**Contrapartes**	**Notional**	**Data de contratação**	**Vencimento**	**30.06.2010**	**31.12.2009**	**30.06.2010**	**31.12.2009**
Swao cambiais	Santander	US$57.471	16.04.2010	10.04.2013	**(2.458)**	-	**4.637**	-
registrados na CETIP	Banco do Brasil	US$84.000	31.03.2010	12.03.2012	**1.548**	-	**1.298**	-
						Total	**5.934**	-

20. Impostos e contribuições sociais a recolher

Os impostos e contribuições são compostos conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	**31.12.2009**	**30.06.2010**	**31.12.2009**
Circulante				
PIS e COFINS a recolher e outros	**27.827**	26.886	**28.010**	27.108
Provisão para IR e contribuição social	**3.059**	3.225	**5.186**	6.881
Outros	**-**	102.171		105.456
	30.886	132.282	**33.196**	139.445
INSS	**2.529**	-	**3.048**	-
Salário e encargos	**48.019**	-	**72.536**	-
Outros	**54.269**	-	**56.996**	-
	104.817	-	**132.580**	-
Total	**135.703**	132.282	**165.776**	139.445

21. Impostos Parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	**31.12.2009**	**30.06.2010**	**31.12.2009**
Tributos Federais	**62.431**	190	**63.921**	190
Previdenciários	**15.788**	15.220	**15.789**	15.220
Causas com riscos prováveis	**78.219**	15.410	**79.710**	15.410
Compensações por prejuízos Fiscais	**(31.033)**	-	**(31.033)**	-
Baixa por pagamento	**(263)**	-	**(265)**	-
	46.923	15.410	**48.412**	15.410
Circulante	**3.496**	3.534	**3.626**	3.534
Não circulante	**43.427**	11.876	**44.786**	11.876

Impostos Parcelados Lei nº 11.941/09 – Em 27 de maio de 2009 foi sancionada a lei nº 11.941 que, entre outras providências, altera a legislação tributaria federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão sobre multa e juros nos casos em que especifica.

A Companhia era parte em diversas ações e optou através da lei supra-citada por deduzir sua exposição tributaria, tendo como benefícios a redução de multa e juros e um plano de financiamento de até 180 meses. Destaca-se que mencionada lei permite, ainda, que prejuízos fiscais e depósitos judiciais remanescentes relacionados às causas a serem incluídas no programa de parcelamento, sejam utilizados para abatimento do saldo devedor parcelado.

Durante o período findo em 30 de junho de 2010, a Administração avaliou junto s seus assessores legais a totalidade de processos administrativos e judiciais tidos pela Companhia junto à RFB - Receita Federal do Brasil, incluindo débitos tributários e previdenciários avaliados com riscos de perdas possíveis e/ou prováveis, e concluiu pela inclusão no programa de parcelamento de parte desses processos.

21. Impostos Parcelados -- Continuação

Através da Medida Provisória nº 107, posteriormente convertida na Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, foi instituído programa de Recuperação Fiscal (PAES), estabelecendo a possibilidade de parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda e Instituto Nacional do Seguro Social.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia formalizou sua opção de adesão ao PAES, visando o parcelamento da dívida de salário educação e imposto de renda, tendo declinado, conforme previsto nas regras de adesão ao programa, de questionamentos judiciais relacionados a estes processos. O saldo a pagar foi dividido em 120 parcelas mensais, com pagamentos a partir de julho de 2003, tendo a incidência de juros calculados com base na variação da TJLP.

Durante o período findo em 30 de junho de 2010, a companhia aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/09, incluindo o saldo remanescente do PAES à este novo parcelamento.

22. Provisão para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Provisão para demandas judiciais				
Fiscais	**48.297**	134.728	**48.296**	134.733
Cíveis	**66.409**	73.269	**66.515**	98.549
Trabalhistas	**28.348**	27.309	**29.344**	28.316
Previdenciárias	**1.821**	8.056	**1.821**	8.056
	144.875	243.362	**145.976**	269.654
Depósitos judiciais				
Fiscais	**11.749**	11.749	**11.749**	11.749
Cíveis	**5.553**	5.475	**5.553**	5.480
Trabalhistas	**14.367**	6.799	**15.077**	6.861
Previdenciárias	**-**	2.700	**-**	2.700
	31.669	26.723	**32.379**	26.790
	113.206	216.639	**113.597**	242.864
Circulante	**-**	6.859	**-**	7.593
Não circulante	**113.206**	209.780	**113.597**	235.271

As provisões para demandas judiciais são avaliadas pela Administração com base na opinião de seus consultores jurídicos. Os passivos contingentes com probabilidade de perdas consideradas possíveis e, que por isso não são provisionadas, totalizaram o montante de R$232.447 em 30 de junho de 2010 (R$127.355 em 31 de dezembro de 2009), na controladora e no consolidado.

As provisões para demandas judiciais são atualizadas monetariamente com base na variação da taxa SELIC.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante nos valores de R$88.323 em 30 de junho de 2010 (R$78.238 em 31 de dezembro de 2009) na controladora e R$89.627 em 30 de junho de 2010 (R$78.756 em 31 de dezembro de 2009) no consolidado, referem-se a diversas contingências cíveis, trabalhistas e fiscais, cuja avaliação de risco de perda é considerada possível ou remota.

22. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

Controladora

	31.12.2009	Adições	Reversões / utilizações	Atualizações	Parcelamento Lei 11.941	30.06.2010
Fiscais	134.728	**-**	**(16.869)**	**2.525**	**(72.088)**	**48.296**
Cíveis	73.269	**1.634**	**(9.142)**	**648**	**-**	**66.409**
Trabalhistas	27.309	**-**	**(396)**	**1.436**	**-**	**28.349**
Previdenciárias	8.056	**774**	**-**	**186**	**(7.7195)**	**1.821**
Subtotal	243.362	**2.408**	**(26.407)**	**4.795**	**(79.283)**	**144.875**
(-) Depósitos judiciais	(26.723)	**(4.946)**	**-**	**-**	**-**	**(31.669)**
	216.639	**(2.538)**	**(26.407)**	**4.795**	**(79.283)**	**113.206**

Consolidado

	31.12.2009	Adições	Reversões / utilizações	Atualizações	Parcelamento Lei 11.941	30.06.2010
Fiscais	134.733	**2.490**	**(16.868)**	**2.520**	**(74.579)**	**48.296**
Cíveis	98.549	**1.636**	**(34.330)**	**660**	**-**	**66.515**
Trabalhistas	28.316	**5**	**(408)**	**1.471**	**-**	**29.344**
Previdenciária	8.056	**774**	**-**	**186**	**(7.195)**	**1.821**
Sub-total	269.654	**4.905**	**(51.646)**	**4.837**	**(81.774)**	**145.976**
(-) Depósitos judiciais	(26.790)	**(5.589)**	**-**	**-**	**-**	**(32.379)**
	242.864	**(684)**	**(51.646)**	**4.837**	**(81.774)**	**113.597**

a) Perdas prováveis:

O saldo das provisões com probabilidade de perda provável é relacionado principalmente a:

Fiscais

(i) Compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS, com créditos fiscais de IPI no montante de R$ 31.005 em 30 de junho de 2010 (R$30.382 em 31 de dezembro de 2009), adquiridos da Nitriflex S.A. (transferidos à Companhia com base em decisão transitado em julgado), que face a alteração de entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF quanto ao direito do crédito de IPI, nossos consultores jurídicos externos recomendaram, em 2009, a constituição de provisão diante dessas alterações jurisprudenciais que tiveram lugar naquele exercício. A diferença de valores com o trimestre passado se justifica em razão da constituição de um ativo, diante da existência de garantia de 92% do valor do débito assegurada pela empresa cedente dos créditos.

(ii) Majoração da alíquota de ICMS em 1% da alíquota de ICMS, instituída pelo Estado do Rio de Janeiro – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, no montante de R$11.749 em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009, cujos valores estão depositados integralmente.

22. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

a) Perdas prováveis: -- Continuação

Cíveis

(i) Ações consumeristas com potencial obrigação de pagamento de indenização decorrente de responsabilidade civil no montante de R$20.711 em 30 de junho de 2010 (R$21.022 em 31 de dezembro de 2009);

(ii) Ação indenizatória no montante de R$7.701 em 30 de junho de 2010 (R$7.402 em 31 de dezembro de 2009) decorrente de rescisão contratual proposta por ex-fornecedor de serviços cujo risco de perda foi reavaliado para provável em 2009;

(iii) A Companhia ajuíza e responde diversas ações em que se pede revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas. Nestas ações, é fixado pelo juiz um valor provisório de aluguel, o qual passa a ser pago pelas lojas, até que se defina, em laudo e sentença, o valor final da locação. A Companhia constitui provisão de diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e o definido provisoriamente nestas ações. O montante da provisão para essas ações, perfaz a importância aproximada de R$6.223 em 30 de junho de 2010 (R$5.800 em 31 de dezembro de 2009);

(iv) Constituição de provisão no montante de R$19.174 em 30 de junho 2010 (R$23.698 em 31 de dezembro de 2009) face à premissa contratual da obrigatoriedade de pagamento de uma taxa em favor das administradoras de shoppings centers, em decorrência da mudança de controle acionário, ocorrida em 2009;

(v) Provisões de risco de indenizações decorrentes da expectativa de rescisões contratuais com prestadores de serviços R$7.583 em 30 de junho de 2010 (R$7.401 em 31 de dezembro de 2009), em decorrência da mudança de controle acionário, ocorrida em 2009.

Trabalhistas

Montante do saldo é composto basicamente por diversas ações propostas de valores pulverizados em que são pleiteadas reclamações trabalhistas, cujo principal objeto refere-se a jornada extra de trabalho, atualização de cálculos das potenciais indenizações trabalhistas (horas extras e reflexos, décimo terceiro, férias e adicional de 1/3 e correspondentes encargos incidentes sobre tais verbas), intervalo intrajornada relacionadas a aproximadamente 3.232 reclamações em 30 de junho de 2010 (2.300 em 31 de dezembro de 2009). Do montante em 30 de junho de 2010, temos um grupo de 23 reclamações que concentram o valor de R$8.438 (R$8.236 em 31 de dezembro de 2009) provisionados no exercício corrente, conforme a avaliação do risco de perda.

22. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

a) Perdas prováveis: -- Continuação

Previdenciárias

Montante do saldo é composto por retenção de contribuição previdenciária sobre serviços prestados em regime de cessão de mão de obra e a cobrança de contribuição previdenciária em favor do INCRA no montante de R$2.700 em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

b) Perdas possíveis

O saldo do passivo contingente com probabilidade de perda possível, não provisionadas, é relacionado principalmente a:

Fiscais

(i) COFINS, PIS, IRPJ, IRRF e INSS – Processos administrativos relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo fisco, gerados em função de créditos advindos de êxito em processos judiciais; referentes a divergência de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R$88.809 em 30 de junho de 2010 (R$12.262 em 31 de dezembro de 2009)

(ii) ICMS e IPI – Autuações lançadas pelo fisco estadual objetivando tributar receitas decorrentes da comercialização de garantia estendida, glosar apropriação de créditos de: a) mercadorias adquiridas de fornecedores que gozam de benefícios fiscais nos estados onde estão situados, b) aquisição de produtos de informática e automação com benefício fiscal, c) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o fisco, d) diferença de classificação fiscal, dentre outros. O montante envolvido nas referidas autuações perfaz a importância aproximada de R$74.033 em 30 de junho de 2010 (R$23.708 em 31 de dezembro de 2009). A diferença dos valores se justifica em razão de diversos fatores como atualização, processos novos e alteração de probabilidade pelos escritórios responsáveis pelos processos.

A diminuição do valor em comparação com o trimestre anterior se justifica em razão da adesão à anistia prevista na Lei nº 5.647/10 do estado do Rio de Janeiro. Essa lei implementa importante redução de multa e juros. Os efeitos no resultado oriundos do parcelamento foram R$3.833 na controladora e no consolidado. Os valores foram quitados substancialmente em caixa, depósitos judiciais e títulos do governo.

22. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

b) Perdas possíveis – Continuação

Cíveis

(i) A Companhia é parte em ações imobiliárias onde pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com os valores praticados no mercado;

(ii) Ações cíveis públicas ajuizadas pelo Ministério Público versando sobre direitos do consumidor;

(iii) Processos administrativos instaurados pelos PROCON(s) em alguns estados onde exerce as suas atividades.

O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R$20.319 em 30 de junho de 2010 (R$17.871 em 31 de dezembro de 2009).

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas cujos pedidos versam sobre desvio de função, danos morais, horas extras pleiteadas por colaboradores ocupantes de cargos gerenciais, as quais são considerados como sendo possíveis de perda, tendo em vista a existência de decisões conflitantes sobre os temas. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R$49.286 em 30 de junho de 2010 (R$47.137 em 31 de dezembro de 2009).

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009 era de R$ 671.033 e estavam representados por 123.804.540 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de março, a Companhia mantinha 576.869 ações ordinárias nominativas de sua própria emissão, ao custo médio ponderado de R$5,57 para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria. Tais ações foram canceladas conforme deliberação do Conselho de Administração em 30 de junho de 2010. Dessa forma, em 30 de junho de 2010 a Companhia não possuía em tesouraria qualquer ação de sua emissão. O valor de mercado das ações em sua última cotação até 30 de junho de 2010 era de R$12,80 (R$4,74 em 31 de dezembro de 2009).

23. Patrimônio líquido -- Continuação

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

d) Reserva para investimento

A reserva para investimentos e expansão é constituída com base em orçamento de capital, submetido à aprovação dos acionistas em assembléia geral, e destina-se a financiar os planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva especial Lei 8.200/91 – artigo 2º e reservas de incentivos fiscais

(a) Reserva especial constituída com base na correção monetária especial das contas do ativo permanente de acordo com índice oficial, que refletia a variação geral de preços a nível nacional; e (b) reservas de incentivos fiscais diversos aderidos pela Companhia. A Companhia está analisando os montantes das referidas reservas para concluir quanto a correta proposição de realização que será encaminhada para a aprovação em Assembléia Geral, tão logo tal estudo esteja concluído.

f) Reserva especial de ágio

Em 22 de dezembro de 2009, em Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a operação de incorporação da controlada Mandala Participações Ltda. A reserva especial de ágio no valor de R$ 258.015 que foi constituída na forma do disposto no §1º do artigo 6º da instrução CVM nº 319/99 será ao término de cada exercício fiscal e na medida em que o benefício fiscal a ser auferido pela Companhia, em decorrência da amortização do ágio, representar uma efetiva diminuição dos tributos pagos, objeto de capitalização na Companhia em proveito dos acionistas controladores, sem prejuízo do direito de preferência assegurado aos demais acionistas na subscrição do aumento de capital resultante de tal capitalização, tudo nos termos do artigo 7º, caput e §1º e 2º, da instrução CVM nº 319/99.

23. Patrimônio líquido -- Continuação

g) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

g.1) *Globex Utilidades S.A.*

A Companhia mantém um plano de opção de ações ordinárias, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 4 de janeiro de 2008 e retificado na Assembléia Geral Ordinária Extraordinária realizada em 29 de abril de 2008.

O Plano tem o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Globex, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Companhia, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, oferecendo aos tais executivos e empregados, como forma de incentivo e vantagem adicional, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Companhia.

São elegíveis para participar do Plano, os diretores estatutários e empregados aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (os “Beneficiários”). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e no Contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia.

Também poderão ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria, mediante comunicação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As opções outorgadas com base no Plano são pessoais e intransferíveis.

O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembléia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa.

23. Patrimônio líquido -- Continuação

g) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais-- Continuação

g.1) *Globex Utilidades S.A.* -- Continuação

De acordo com o Plano, as opções outorgadas representam o máximo de 1.794.880 ações ordinárias de emissão da Companhia e o preço de exercício de R$25,35 para o Programa 1 e R$17,02 para o Programa 2 (agrupamento definidos como "Programas 2008").

Diluição Potencial das Opções	Quantidade de ações	Preço de exercício
Programa 1	1.408.290	R$25,35
Programa 2	386.590	R$17,02
Total	1.794.880	
Ações em tesouraria	576.869	
Necessidade de aumento de capital (1)	1.218.011	
Quantidade de ações em 31.12.2008 (2)	124.381.409	
Potencial de diluição = (1)/(2)	0,98%	

O valor justo dos "Programas 2008" foi calculado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Data da outorga
Volatilidade atualizada esperada	47,6%
Duração do programa em anos	3,46
Taxa livre de risco	De 11,18% a 13,65%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R$17,57 a R$21,00

A tabela abaixo demonstra os valores por lote que seriam reconhecidos no resultado da Companhia, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores que seriam reconhecidos nos exercícios subsequentes.

	Despesas incorridas e a incorrer na controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de:			
Plano de Opção	2008	2009	2010	2011
Pagamento baseado em ações				
1º lote	3.436	2.995	-	-
2º lote	2.425	3.126	2.118	-
3º lote	1.946	2.514	2.514	1.699
	7.807	8.635	4.632	1.699

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzida. Desta forma, os valores referentes às despesas a serem apropriadas foram atualizados. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas e estão sendo tratadas de forma prospectiva.

23. Patrimônio líquido -- Continuação

g) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais -- Continuação

g.1) *Globex Utilidades S.A.* – Continuação

A tabela abaixo demonstra os novos valores a serem considerados:

	Despesas incorridas e a incorrer na controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de:		
Plano de Opção	2009	2010	2011
Pagamento baseado em ações			
1º lote	1.498	-	-
2º lote	1.810	472	-
3º lote	1.573	258	321
	4.881	730	321

A primeira data de exercício das referidas opções foi efetuado em setembro de 2009. No período findo em 30 de junho de 2010 foi registrado no resultado da Companhia, o montante de R$ 429 (R$ 3.547 em 30 de junho de 2009).

g.2) *Nova Ponto Com*

No dia 01 de Agosto de 2008, a Globex Utilidades S.A concluiu as negociações para a implementação de uma associação com o fim de reestruturar e desenvolver suas atividades de comércio eletrônico e televendas para consumidores finais. Nos termos dos acordos celebrados, tais atividades passaram a ser exercidas por meio de uma empresa independente chamada Pontofrio.com Comércio Eletrônico S.A. ("Pontofrio.com"). Como forma de alinhar os interesses de longo prazo das partes, foi prevista a outorga aos Executivos do PontoFrio.com (e a eventuais novos beneficiários) de opções de compra de ações da Pontofrio.com, cujo exercício resultaria em participação máxima dos Executivos de 14% do capital social, caso integralmente exercidas.

De acordo com o Plano de Opções firmado, as opções de compra têm como referência o valor de R$15,71 por ação, corrigidos pela variação do CDI puro ou do IPCA acrescido de 6% (seis por cento) ao ano, o que for menor, a partir daquela data. Os Executivos adquirirão o direito para exercício das Opções de Compra dividido em 5 (cinco) lotes, cada um podendo ser exercido a partir do fim de cada período de 12 (doze) meses contados da data do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, conforme o seguinte cronograma:

23. Patrimônio líquido -- Continuação

g) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

g.2) *Nova Ponto Com* -- Continuação

Conforme cláusula 4.5 do Acordo Operacional, na hipótese de alienação do controle da Globex (fato que ocorreu no dia 07 de julho de 2009), o cronograma da aquisição do direito de exercício das Opções de Compra se altera, conforme seguinte cronograma:

1° Lote – após a presente data e 24 meses: 30% (tri nta por cento);
2° Lote – após 24 meses: 20% (vinte por cento);
3° Lote – após 36 meses: 20% (vinte por cento);
4° Lote – após 48 meses: 15% (quinze por cento);
5° Lote – após 60 meses: 15% (quinze por cento).

O valor justo do Plano de Opções foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Data da outorga
Volatilidade atualizada esperada	52,98%
Duração do programa em anos	5 anos
Taxa livre de risco	12,92%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R$2,50 a R$4,26

A tabela abaixo demonstra os valores por lote reconhecidos no resultado da PontoFrio.com, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores a serem reconhecidos nos exercícios subseqüentes.

	Despesa a ser apropriada na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de			
Plano de opção	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Pagamento baseado em ações				
1º lote	1.717	-	-	-
2º lote	1.360	793	-	-
3º lote	980	980	572	-
4º lote	590	590	590	344
5º lote	501	501	501	501
	5.148	2.864	1.663	845

Em 30 de junho de 2010 foi registrado no resultado da Companhia, o montante de R$1.479.

24. Remuneração da administração

Os administradores da Companhia são remunerados através de Pró-Labore ou salários, quando registrados sob regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A remuneração global anual bruta da Administração da Companhia a ser paga até a realização da assembléia geral ordinária que votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 será de até R$ 10.000, cuja distribuição será realizada pelo Conselho de Administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	**30.06.2009**	**30.06.2010**	**30.06.2009**
Remuneração do Conselho da Administração	**167**	189	**167**	189
Remuneração de Diretoria e Gerência (1)	**2.691**	4.581	**4.827**	5.829
Encargos sociais	**940**	1.594	**1.643**	1.982
Total	**3.798**	6.364	**6.637**	8.000

(1) Nesse montante esta incluído o valor referente a remuneração baseada em ações, mencionado na nota 23g.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

25. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações emitidas em pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

No Brasil, as ações preferenciais e ordinárias conferem diferentes direitos a voto e liquidação.

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido referente a cada classe de ações pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o exercício.

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

25. Lucro por ação - Conitnuação

A tabela abaixo apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	30/06/2010	30/06/2009
Numerador básico e diluído		
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	**31.256**	(308.415)
Lucro líquido(prejuízo) alocado aos acionistas ordinários	**31.256**	(308.415)
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	**123.805**	124.381
Lucro (prejuízo) básico e diluído por milhares de ações	**0,25**	(2,48)

26. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Taxa de permanência	**717**	856	**717**	10.864
Serviços de cobranças	**-**	-	**(1)**	(6.970)
Perdas não cobertas por seguros	**-**	(434)	**-**	(434)
Ganho (perda) de imobilizado	**(1.063)**	(1.711)	**448**	(1.711)
Contingências	**-**	-	**-**	(14.729)
Baixa por descontinuidade da implementação de sistema de gestão corporativa	**-**	(21.986)	**-**	(21.986)
Baixa ativos/Projetos descontinuados (i)	**7.091**	(16.534)	**7.091**	(16.422)
Provisão para recuperabilidade e baixa de ativos	**-**	(28.984)	**-**	(28.984)
Parcelamento de impostos	**(6.819)**	-	**(7.168)**	-
Reversão de provisão de reestruturação	**4.383**	-	**4.383**	-
Ativo indenizatório constituído junto a Controladora (ii)	**84.750**	-	**85.139**	-
Outros	**(5.933)**	3.667	**(3.682)**	(3.614)
	83.126	(65.126)	**86.927**	(83.986)

(i) No primeiro trimestre do exercício social de 2010 , a Administração realizou revisões operacionais e tecnológicas de seu sistema de gestão, que indicaram a utilização de parte das licenças que foram provisionadas para perda no exercício social de 2009. Diante desta evidencia, a Administração reverteu R$ 7.091 da referida provisão.

(ii) Registro de contas a receber referente ao "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Globex, CBD e Casas Bahia, que garante a Globex o direito de indenização, por CBD, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Globex a partir de 30 de junho de 2010.

27. Resultado financeiro líquido

	Período findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Receitas financeiras				
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa	**645**	1.579	**902**	2.415
Rendimentos sobre aplicações	**4**	5	**159**	150
Variação Cambial Ativa	**2.236**	654	**2.236**	654
Descontos financeiros obtidos	**674**	185	**746**	978
Encargos financeiros sobre impostos e depósitos judiciais	**2.476**	3.173	**2.543**	5.032
Juros sobre mútuo	**2**	-	**-**	-
Outras receitas financeiras	**711**	1.616	**735**	1.667
Total das receitas financeiras	**6.748**	7.212	**7.321**	10.896
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - BNDES	**(2.181)**	(5.268)	**(2.181)**	(5.268)
Juros sobre empréstimos	**(8.921)**	(5.640)	**(8.921)**	(5.640)
Operações de swap	**910**	-	**910**	-
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	**2.844**	-	**2.844**	-
Juros capitalizados	**515**	-	**515**	-
Encargos financeiros sobre contingências e impostos	**(10.436)**	(14.474)	**(10.477)**	(16.398)
Juros sobre leasing financeiro	**(21)**	(33)	**(21)**	(33)
I.O.F.e serviços bancários	**(3.100)**	(1.880)	**(3.365)**	(2.425)
Juros sobre mútuo	**(5.500)**	-	**(3.656)**	-
Ajuste a valor presente	**-**	-	**-**	(122)
Outras despesas financeiras	**(3.123)**	(7.065)	**(4.489)**	(8.895)
Descontos concedidos	**(289)**	(341)	**(289)**	(341)
Despesas antecipação cartão de crédito (i)	**(62.884)**	(7.194)	**(82.472)**	(7.194)
Total das despesas financeiras	**(92.186)**	(41.895)	**(111.602)**	(46.316)
Resultado financeiro líquido	**(85.438)**	(34.683)	**(104.281)**	(35.420)

(i) No trimestre findo em 30 de junho de 2010 foi efetuada a alteração no critério de apropriação das despesas de antecipação de cartões de créditos, que passaram a ser reconhecidas no próprio mês da operação de venda de recebíveis, já que a Companhia não detém mais o risco da realização desses créditos.

28. Cobertura de seguros

A cobertura, em 30 de junho de 2010, é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros, e pode ser resumida da seguinte forma:

		Importância segurada	
Ativo	**Tipo de cobertura**	**Controladora**	**Consolidado**
Imobilizado e Estoques	Riscos nomeados	1.114.091	1.166.829
Lucro	Lucros cessantes	393.897	408.281

A Companhia também mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R$90.075.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, revisar a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

29. Provisões de reestruturação

Durante o quarto trimestre de 2009, foram constituídas provisões de reestruturação com base em: (i) planos formalmente aprovados pelos Órgãos da Administração; e (ii) em comunicados específicos para as contrapartes envolvidas, no montante de R$ 47.513. No primeiro semestre de 2010, algumas provisões foram realizadas e outras sofreram atualizações O quadro abaixo apresenta um detalhamento das referidas provisões:

	Administrativas	**Outras**	**Total**
Rescisões contratuais:			
Pessoal	7.088	-	7.088
Prestadores de serviços	-	750	750
Aluguéis	-	2.297	2.297
	7.088	3.047	10.135
Provisão baixa de ativos:			
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	1.390	1.390
	7.088	4.437	11.525

Em 30 de junho de 2010 o valor registrado no passivo relativo a tais obrigações encontra-se classificado na rubrica “Provisão para reestruturação” no montante de R$11.525 sendo R$10.135, registrados no passivo circulante e R$1.390 registrados no imobilizado.

30. Operações de arrendamento mercantil

a) Obrigações de arrendamento operacional

Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil (excluindo os custos de serviços tais como seguro e manutenção) classificados como operacional, são reconhecidos como despesas, em bases lineares, durante o prazo do respectivo arrendamento mercantil. A Administração considera como arrendamento mercantil operacional a locação de lojas (aluguéis) onde não há transferência de riscos e benefícios para a Companhia.

A Companhia possui o direito de uso de superfície dos centros de distribuição (CD) localizados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Guarulhos (SP), Brasília (DF) e Goiânia (GO) pelo período de 180 meses, renováveis por períodos iguais e sucessivos. Por esse direito a Companhia pagará mensalmente o montante de R$1.050.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	**31.03.2010**	**30.06.2010**	**31.03.2010**
Obrigações brutas de Arrendamento Operacional - pagamentos mínimos de arrendamentos				
Menos de 1 ano	**76.731**	81.532	**76.731**	81.532
Mais de 1 ano e menos de 5 anos	**154.196**	185.922	**154.196**	185.922
Mais de 5 anos	**116.609**	102.536	**116.609**	102.536
	347.536	369.990	**347.536**	369.990

(i) *Pagamentos contingentes*

A Administração considera como pagamentos contingentes, os valores adicionais pagos a título de aluguel variável, definida em cláusula dos contratos de locação, cujo valor corresponde a 0,5% a 2,5% sobre as vendas da respectiva loja.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	**30.06.2009**	**30.06.2010**	**30.06.2009**
Pagamentos contingentes reconhecidos como despesa durante o período	**5.638**	6.058	**5.638**	6.058

(ii) *Condições de opção de renovação ou compra e cláusulas de reajuste*

No trimestre findo em 30 de junho de 2010, os prazos dos contratos de locação que a Companhia é parte variam entre 5 a 25 anos, com possibilidade de renovação de acordo com a legislação específica. Os valores dos contratos são reajustados periodicamente de acordo com índices de inflação.

30. Operações de arrendamento mercantil -- Continuação

b) Obrigações de arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que se enquadram como financeiro perfazem um total de R$ 516 em 30 de junho de 2010 (R$ 511 em 31 de março de 2010) para a Controladora e Consolidado, conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	**31.03.2010**	**30.06.2010**	**31.03.2010**
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamentos				
Menos de 1 ano	**453**	401	**453**	401
Mais de 1 ano e menos de 5 anos	**63**	110	**63**	110
Mais de 5 anos	**-**	-	**-**	-
Valor Presente dos contratos de arrendamentos financeiros	**516**	511	**516**	511
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	**36**	56	**36**	56
Valor bruto dos contratos de arrendamentos financeiros	**552**	567	**552**	567

31. Receitas Antecipadas

(i) Contratos e acordos comerciais

A Companhia celebrou em junho de 2008, um contrato de parceria comercial com uma instituição financeira, concedendo à este o direito de prestar, durante o tempo previsto no contrato, cuja duração é de 5 anos, os serviços bancários relativos à folha de pagamento da empresa, em regime de exclusividade. O montante recebido em consequência desta parceria está classificado como receitas diferidas no passivo circulante e não circulante e sendo apropriado ao resultado mensalmente até o final do contrato.

A Companhia apura receita com intermediação de Garantia Estendida, conforme parceria com a Garantech, e celebrou acordo com a mesma, referente a atingimento de metas e, por esse contrato, caso a Companhia não alcance as metas estabelecidas, deve reembolsar à Garantech por perdas e danos, sendo que, a liquidação financeira somente será exigida ao final do contrato, caso a performance acumulada não tenha sido alcançada. Em 30 de junho de 2010, a Companhia possui provisão no passivo não circulante no montante de R$ 4.668 pelo não atingimento das metas contratuais. O montante de R$ 18.500 recebido em consequência desta parceria está classificado como receitas diferidas no passivo circulante e não circulante, sendo apropriado ao resultado mensalmente até o final do contrato. O saldo a apropriar em 30 de junho de 2010 é de R$ 12.343.

(i) Contratos e acordos comerciais -- Continuação

A Companhia apura receita com intermediação na venda de seguros residenciais, conforme parceria com a Cardif, e celebrou acordo com a mesma, referente a atingimento de metas e, por esse contrato, caso a Companhia não alcance as metas estabelecidas, deve reembolsar à Cardif por perdas e danos, sendo que, a liquidação financeira somente será exigida ao final do contrato, caso a performance acumulada não tenha sido alcançada. Até 30 de junho de 2010 a Companhia havia atingido todas as metas.

32. Demonstração do Valor Adicionado

	Contoladora		Consolidado	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Receitas				
Vendas de mercadorias	**2.371.990**	1.732.103	**2.970.861**	2.103.121
Perda para créditos de liquidação	**9.937**	(36.249)	**5.351**	(126.512)
Não operacionais	**106.522**	2.931	**111.209**	5.757
	2.488.449	1.698.785	**3.087.421**	1.982.366
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	**(1.857.237)**	(1.335.448)	**(2.374.461)**	(1.522.489)
Materiais, energias, serviços 3os. e outros	**(189.445)**	(186.774)	**(251.082)**	(223.776)
Perda / Recuperação de valores ativos	**10.345**	(54.432)	**9.253**	(54.440)
	(2.036.337)	(1.576.654)	**(2.616.290)**	(1.800.705)
Valor adicionado	**452.112**	122.131	**471.131**	181.661
Retenções				
Depreciação e Amortização	**(27.791)**	(23.705)	**(28.201)**	(24.516)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**424.321**	98.426	**442.930**	157.145
Recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	**10.833**	(16.186)	**7.304**	(368)
Receitas financeiras	**6.748**	7.212	**7.321**	10.896
	17.581	(8.974)	**14.625**	10.528
Valor adicionado total a distribuir	**441.902**	89.452	**457.555**	167.673
Distribuição do valor adicionado				
Colaboradores	**151.271**	142.871	**158.316**	166.172
Salários	**123.179**	116.152	**124.138**	135.598
Participações	**-**	-	**3.000**	-
Benefícios	**16.593**	15.114	**18.544**	17.847
Encargos	**11.499**	11.605	**12.634**	12.727
Impostos, taxas e contribuições	**106.694**	149.052	**95.026**	198.387
Federais	**83.275**	55.260	**70.426**	95.976
Estaduais	**16.161**	89.067	**17.305**	96.439
Municipais	**7.258**	4.725	**7.295**	5.972
Financiadores	**152.681**	105.944	**172.957**	111.529
Juros	**92.186**	41.895	**111.602**	46.316
Aluguéis	**60.495**	64.049	**61.355**	65.213
Retenção de lucros	**31.256**	(308.415)	**31.256**	(308.415)
Valor adicionado total distribuído	**441.902**	89.452	**457.555**	167.673

33. Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido do período anterior

Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucro	Lucros/ Prejuízo Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Inicial em 01.01.2009	671.033	40.913	33.556	-	189	745.691
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(60.892)	-	(60.892)
Saldo Ajustado em 01.01.2009	671.033	40.913	33.556	(60.892)	189	684.799
Lucro / Prejuízo do Período	**-**	**-**	**-**	**(308.415)**	**-**	**(308.415)**
Outras Transações de Capital	**-**	**8.141**	**-**	**-**	**-**	**8.141**
Saldo Final em 30.06.2009	**671.033**	**49.054**	**33.556**	**(369.307)**	**189**	**384.525**

34. Eventos subsequentes

Fundo de Investimento em direitos creditórios:

Em 19 de outubro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia re-ratificou as condições de um fundo de investimento em direitos creditórios ("Globex FIDC"), conforme aprovado em reunião realizada em 01 de dezembro de 2009, cujo objetivo é adquirir Direitos de Crédito originados pela Companhia e/ou sociedades por ela controladas no âmbito de seu objeto social. A implementação do FIDC está condicionada ao seu registro de funcionamento e ao registro da oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários, que deverá acontecer ainda em novembro do presente ano.

Associação Casas Bahia:

Os efeitos referentes ao Acordo de Associação entre o GPA e a Casas Bahia estão mencionados na Nota 1 (e).

E-Hub

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08 de novembro de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação de ações de emissão da E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A., a E-Hub passou a ser subsidiária integral da NovaPonto Com.

NCB

Em 11 de janeiro de 2011, NCB e Itaú Seguros S.A. (“Itauseg”) celebraram um Termo Aditivo ao Acordo Operacional para Prestação de serviços na Contratação de Seguro Garantia Estendida Diferenciada, cujo prazo de vigência é até 31 de dezembro de 2015, prorrogável por três anos, pelo qual a NCB recebeu da Itauseg, em 20 de janeiro de 2011, o montante de R$ 260.000 em complemento à antecipação de angariação (divulgada na Nota 28) por venda de certificados individuais de Seguro de Garantia Estendida.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

VIDE COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO (GRUPO 12)

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Rio de Janeiro, Brasil, 27 de julho de 2010. A Globex Utilidades S.A. (BMF&BOVESPA: GLOB3; OTC: GBXPY) anuncia os resultados do 2º trimestre de 2010. As informações operacionais e financeiras da Companhia apresentadas a seguir foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Todas as comparações referem-se a igual período de 2009, exceto quando estiver indicado de outra forma.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- **No 2T10, as vendas brutas totais,** que englobam as vendas de mercadorias, serviços e comércio eletrônico, totalizaram R$ 1.528,2 milhões, um crescimento de 55,8% em relação ao mesmo período de 2009. **As vendas líquidas** cresceram 71,6% em relação ao 2T09, atingindo um faturamento de R$ 1.336,0 milhões no período.
- No **conceito "mesmas lojas",** as **vendas brutas**, que incluem as vendas de mercadorias e as operações de comércio eletrônico e serviços, cresceram 54,6% no trimestre, com destaque para a evolução do comércio eletrônico, que registrou crescimento de 45,4% no período.
- O **lucro bruto** atingiu R$ 237,2 milhões no 2T10, um aumento de 80,5% em relação ao mesmo período de 2009. Essa melhora é reflexo de melhores negociações com fornecedores e da adoção de um mix de produtos com maior rentabilidade.
- As **despesas operacionais totais** atingiram 15,1%, das vendas líquidas no 2T10, uma redução de 25,2 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.
- O **EBITDA** no 2T10 atingiu um valor positivo de R$ 35,2 milhões, com margem EBITDA de 2,6%.
- O resultado de **equivalência patrimonial** no 2T10, já considerando a participação de 14% da Globex na FIC, foi de R$ 4,0 milhões.
- O **lucro líquido** totalizou R$ 36,0 milhões no trimestre e margem liquida de 2,7%.

Destaques Financeiros e Operacionais

(R$ milhões)(1)	2T10	2T09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	2T09 (com o Banco Invest cred)	1S10	1S09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	1S09 (com o Banco Invest cred)
Venda Bruta	1.528,2	980,7	55,8%	1.055,2	2.970,9	1.944,9	52,8%	2.103,1
Venda Líquida	1.336,0	778,4	71,6%	848,8	2.593,5	1.529,7	69,5%	1.680,0
Lucro Bruto	237,2	131,4	80,5%	192,7	502,4	283,7	77,1%	412,8
Margem Bruta - %	17,8%	16,9%	0,9 p.p	22,7%	19,4%	18,5%	0,8 p.p	24,6%
Desp. Operacionais Totais(3)	(202,0)	(313,8)	-35,6%	(370,7)	(434,1)	(493,4)	-12,0%	(611,2)
% vendas líquidas	-15,1%	-40,3%	-25,2 p.p	-43,7%	-16,7%	-32,3%	-15,5 p.p	-36,4%
EBITDA	35,2	(182,4)	n/a	(178,0)	68,3	(209,7)	n/a	(198,4)
Margem EBITDA - %	2,6%	-23,4%	n/a	-21,0%	2,6%	-13,7%	n/a	-11,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido	36,0	(282,7)	n/a	(278,1)	32,3	(318,2)	n/a	(309,3)
Margem Líquida - %	2,7%	-36,3%	n/a	-32,8%	1,2%	-20,8%	n/a	-18,4%

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos
(2) p.p. refere-se a ponto percentual
(3) Despesas operacionais totais inclui despesas com vendas e gerais e administrativas

As Informações Trimestrais - ITR, originalmente apresentadas, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 com vigência para 2010. Na nota explicativa 3, estão sendo reapresentados, conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº. 656/11), os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 e 2010.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações operacionais e financeiras da Companhia apresentadas a seguir foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A partir do 4º trimestre de 2009, os números da Globex Utilidades S.A. não são mais impactados pelo Banco Investcred, que passou a ser apresentado na linha de Equivalência Patrimonial. Mais detalhes no capítulo de Equivalência Patrimonial.

Para efeito de comparação, os comentários a seguir sobre o desempenho operacional e financeiro de Globex Utilidades S.A. serão apresentados em "**bases comparáveis**" – que excluem os resultados operacionais e financeiros do Banco Investcred do 2º trimestre de 2009.

Em **4 de dezembro de 2009**, o Grupo Pão de Açúcar e a Casas Bahia celebraram um acordo de associação, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições que regerão a associação entre Globex e Casas Bahia. Em **3 de fevereiro de 2010**, o Grupo Pão de Açúcar e a Casas Bahia comunicaram aos seus acionistas e ao mercado os termos principais do Acordo Provisório de Reversibilidade da Operação (APRO) celebrado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. **Em 13 de abril de 2010**, o GPA e a Globex divulgaram fato relevante, pelo qual esclareceram que a Casas Bahia e seus sócios manifestaram sua intenção de rever a associação objeto do Acordo de Associação.

Em **1º de julho de 2010,** Grupo Pão de Açúcar e Casas Bahia celebraram aditivo ao Acordo de Associação, objeto de fato relevante divulgado em 2 de julho de 2010, em que foram revistas certas condições para Associação entre Globex e Casas Bahia de forma a assegurar a sua implementação.

DESEMPENHO DE VENDAS

Desempenho de vendas

(R$ milhões)(1)	2T10	2T09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	2T09 (com o Banco Invest cred)	1S10	1S09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	1S09 (com o Banco Invest cred)
Vendas Brutas	1.528,2	980,7	55,8%	1.055,2	2.970,9	1.944,9	52,8%	2.103,1
Vendas Líquidas	1.336,0	778,4	71,6%	848,8	2.593,5	1.529,7	69,5%	1.680,0

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

No 2º trimestre de 2010, as vendas brutas totalizaram R$ 1.528,2 milhões, um crescimento de 55,8% em relação ao mesmo período de 2009. Já as vendas líquidas cresceram 71,6% em relação ao 2T09, atingindo um faturamento de R$ 1.336,0 milhões no 2T10.

No conceito 'mesmas lojas', as vendas brutas de mercadorias, serviços e operações de comércio eletrônico cresceram 54,6% no trimestre em relação do 2T09. Essa performance é superior ao crescimento de 49,6% apresentado no 1T10, demonstrando uma tendência positiva e acima das expectativas da Companhia.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Os principais fatores que contribuíram para a melhoria das vendas no trimestre, a exemplo do 1T10, foram: (i) o foco nas lojas, com atendimento diferenciado e maior disponibilidade de mercadorias e de crédito; e (ii) maior presença em mídias, além dos eventos Dia das Mães e Copa do Mundo.

A partir deste trimestre, as vendas do Extra.com.br passam a ser consideradas dentro da operação de Globex. A operação virtual manteve o forte crescimento, ratificando a consolidação da reestruturação deste canal e o acerto nos principais pilares, que continuam produzindo efeitos satisfatórios no 2T10, alcançados por meio de: (i) estrutura operacional; e (ii) plataforma tecnológica dedicada às operações virtuais, com processos de desenvolvimento contínuos para atender às demandas do segmento. As operações virtuais estão direcionadas a intensificação dos ganhos de *market share*, aumento da rentabilidade e fidelização da base de clientes.

No 1º semestre de 2010, as vendas brutas totalizaram R$ 2.970,9 milhões, um crescimento de 52,8% em relação ao mesmo período de 2009. Já as vendas líquidas cresceram 69,5% em relação ao 1S09, atingindo um faturamento de R$ 2.593,5 milhões no 1S10. No conceito 'mesmas lojas' as vendas brutas cresceram 51,5% sobre o 1S09.

LUCRO BRUTO

Lucro Bruto

(R$ milhões)[1]	2T10	2T09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	2T09 (com o Banco Invest cred)	1S10	1S09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	1S09 (com o Banco Invest cred)
Lucro Bruto	237,2	131,4	80,5%	192,7	502,4	283,7	77,1%	412,8
Margem Bruta - %	17,8%	16,9%	0,9 p.p.	22,7%	19,4%	18,5%	0,8 p.p.	24,6%

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

No 1º trimestre de 2010, o **lucro bruto** totalizou R$ 237,2 milhões, um aumento de 80,5% em relação ao mesmo período de 2009. A margem bruta atingiu 17,8%, um aumento de 0,9 ponto percentual em relação ao 2T09. Esse desempenho é resultado de; (i) melhores negociações com fornecedores e (ii) alteração do mix de produtos de maior rentabilidade. Medidas que buscam dar continuidade às ações tomadas durante o 1T10, que continuam sendo refletidas no resultado do 2T10.

No 1º semestre de 2010, a Globex apresentou crescimento de 77,1% no lucro bruto e um aumento de 0,8 ponto percentual na margem bruta em relação ao mesmo período do ano anterior.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

DESPESAS OPERACIONAIS TOTAIS

(R$ milhões)(1)	2T10	2T09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	2T09 (com o Banco Invest cred)	1S10	1S09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	1S09 (com o Banco Invest cred)
Desp. Operacionais totais	(202,0)	(313,8)	-35,6%	(370,7)	(434,1)	(493,4)	-12,0%	(611,2)
% s/ vendas líquidas	-15,1%	-40,3%	-25,2 p.p.	-43,7%	-16,7%	-32,3%	-15,5 p.p.	-36,4%

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

No 2º trimestre de 2010, as **despesas operacionais totais** (que incluem despesas com vendas, gerais e administrativas) totalizaram R$ 202,0 milhões, uma redução de 35,6% em relação ao 2T09. Excluindo os efeitos não recorrentes do 2T09, no montante de R$ 97,0 milhões, as despesas operacionais totais do 2T09 seriam de R$ 216,8 milhões, R$ 14,8 milhões maior do que no 2T10. Ao analisar o comportamento das despesas frente às vendas líquidas, é possível identificar uma melhora de 12,7 pontos percentuais no 2T10 em relação ao 2T09.

No 1º semestre de 2010, as despesas operacionais totais atingiram R$ 434,1 milhões, uma redução de 12,0% em relação ao 1S09. Como percentual das vendas líquidas, as despesas operacionais totais do 1S10 atingiram 16,7% contra 32,3% registrados no mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando os eventos não recorrentes do 1S09, de R$ 97,0 milhões, as despesas operacionais totais seriam de R$ 396,4 milhões no 1S09, R$ 37,7 milhões menor do que no 1S10, porém 9,2 pontos percentuais maior em relação às vendas líquidas. Vale destacar que essa redução frente às vendas líquidas no 1S10 foi conseqüência de melhor gestão e controle de despesas verificado no semestre.

EBITDA

EBITDA

(R$ milhões)(1)	2T10	2T09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	2T09 (com o Banco Invest cred)	1S10	1S09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	1S09 (com o Banco Invest cred)
EBITDA	35,2	(182,4)	n/a	(178,0)	68,3	(209,7)	n/a	(198,4)
Margem EBITDA - %	2,6%	-23,4%	n/a	-21,0%	2,6%	-13,7%	n/a	-11,8%

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

No 2º trimestre de 2010, o EBITDA atingiu um resultado positivo de R$ 35,2 milhões, com margem de 2,6%, em comparação aos R$ 182,4 milhões negativos registrados no 2T09.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes das despesas operacionais do 2T09, o EBITDA seria negativo em R$ 85,4 milhões, uma variação absoluta positiva de R$ 120,6 milhões entre os períodos.

No 1º semestre de 2010, o EBITDA totalizou R$ 68,3 milhões, com margem de 2,6%, em comparação aos R$ 209,7 milhões negativos registrados no 1S09.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes das despesas operacionais, o EBITDA seria negativo em R$ 112,7 milhões no 1S09, R$ 181,0 milhões menor do que no 1S10, com um aumento da margem EBITDA de 10,0 pontos percentuais no 1S10.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O desempenho do EBITDA foi resultado da conjunção de uma série de fatores, entre eles, incremento expressivo de vendas, aumento do crédito nas lojas, melhores negociações com fornecedores, mix mais adequado de produtos e maior controle de despesas.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro

(R$ milhões)(1)	2T10	2T09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	2T09 (com o Banco Invest cred)	1S10	1S09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	1S09 (com o Banco Invest cred)
Rec. Financeiras	2,6	3,9	-34,0%	4,3	7,3	10,3	-28,6%	10,9
Desp. Financeiras	(79,8)	(29,3)	172,7%	(28,4)	(111,6)	(45,6)	144,6%	(46,3)
Result. Financeiro	(77,2)	(25,4)	n/a	(24,1)	(104,3)	(35,4)	n/a	(35,4)

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

No 2º trimestre de 2010, o resultado financeiro líquido totalizou R$ 77,2 milhões negativos, contra R$ 25,4 milhões negativos apresentado no 2T09. Esse resultado foi impactado, principalmente por: (i) aumento da participação das vendas a prazo sem juros, ocasionando incremento no volume de descontos de recebíveis em relação ao 2T09; (ii) aumento do endividamento com novas captações para capital de giro; e (iii) alteração do critério de apropriação do custo dos novos descontos de recebíveis, que passa a reconhecer no próprio mês do desconto, já que a Companhia não detém mais o risco da realização desses créditos.

No **1º semestre de 2010**, o resultado financeiro foi de R$ 104,3 milhões, um aumento em termos absolutos de R$ 68,9 milhões quando comparado ao 1S09, em função dos motivos mencionados acima.

Conciliação da Dívida Líquida - Op. De Varejo

(R$ milhões)(1)	2T10	1T10
Dívida Bruta	(346,2)	(257,6)
Curto Prazo	(60,8)	(66,9)
Longo Prazo	(285,4)	(190,7)
Disponibilidades	58,4	102,8
Títulos e Valores Mobiliários	28,0	8,5
Dívida Líquida	**(259,9)**	**(146,3)**

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 30 de setembro de 2009, foi assinado contrato de associação entre o Grupo Pão de Açúcar e o Itaú Unibanco Holding S.A. com o objetivo de alavancar as vendas do Ponto Frio e ampliar a rentabilidade com a

adoção de uma política de concessão de crédito criteriosa, formas de pagamentos diferenciadas e busca por sinergias.

Em 31 de dezembro de 2009, conforme determinado no contrato de associação, foi promovida a reorganização societária das empresas financeiras do Grupo. Na ocasião, foi realizada a cisão parcial do acervo líquido do Banco Investcred - BINV, com base no balanço patrimonial de 30/09/09 e a parcela cindida foi incorporada na FIC. Essa reorganização encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central.

O Banco Investcred Unibanco S.A. fez parte das demonstrações financeiras consolidadas até 30 de setembro de 2009 no modelo de consolidação proporcional em 50%, conforme Instrução CVM 247 de 27 de março de 1996, porém após essa data o controle dessa Companhia deixou de ser compartilhado, alterando o tratamento contábil de consolidação de balanço para equivalência patrimonial na Globex e passando a ser consolidado integralmente dentro das demonstrações financeiras consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., em consequência da gestão do BINV ter passado a ser realizada pelo Itaú Unibanco Holding S.A.Conforme definido no contrato de associação do Grupo Pão de Açúcar com o Itaú Unibanco.

Como resultado da reestruturação acima, a participação direta do GPA na FIC passa a ser de 36% e Globex na FIC, de 14%. A participação consolidada do GPA na FIC continua a ser de 50%.

No 2º trimestre de 2010, o resultado da equivalência patrimonial, considerando a participação de 14% da Globex na FIC e 50% no acervo remanescente do BINV, foi de R$ 4,0 milhões. Esse desempenho é resultante de uma política criteriosa de concessão de crédito e aceitação de cartões do Ponto Frio nas lojas do Grupo Pão de Açúcar e vice-versa. Além disso, destacam-se diversas iniciativas de diferenciação frente à concorrência, como: benefícios exclusivos e vantagens para os usuários dos cartões próprios e ações promocionais para os portadores

No 1º semestre de 2010, o resultado da equivalência patrimonial atingiu R$ 7,3 milhões.

RESULTADO LÍQUIDO

Lucro Líquido

(R$ milhões)(1)	2T10	2T09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	2T09 (com o Banco Invest cred)	1S10	1S09 (sem o Banco Invest cred)	Var. %	1S09 (com o Banco Invest cred)
Lucro (Prejuízo) Líquido	36,0	(282,7)	n/a	(278,1)	32,3	(318,2)	n/a	(309,3)
Margem Líquida - %	2,7%	-36,3%	n/a	-32,8%	1,2%	-20,8%	n/a	-18,4%

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

No 2º trimestre de 2010, o lucro líquido totalizou R$ 36,0 milhões, apresentando uma melhora de R$ 318,7 milhões quando comparado com o prejuízo líquido apresentado no 2T09.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes do 2T10, relativos a: (i) reversão de provisões em decorrência de adesão a planos de parcelamento de impostos estaduais e municipais; e principalmente, (ii) valor oriundo do "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Globex, CBD e Casas Bahia, que garante a Globex o direito de indenização, por CBD, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Globex à partir de 30 de junho de 2010. O montante dos itens mencionados líquido de impostos impactaria o resultado em R$ 59,9 milhões. Consequentemente, o resultado seria de R$ 23,9 milhões negativos no 2T10, contra um prejuízo líquido de R$ 94,0 milhões no 2T09, também ajustado por efeitos não recorrentes, apresentando uma melhora no resultado de R$ 70,1 milhões entre os períodos.

No 1º semestre de 2010, o lucro líquido foi de R$ 32,3 milhões em comparação aos R$ 318,2 milhões negativos no 1S09. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, o prejuízo líquido foi de R$ 27,6 milhões no 1S10 e de R$ 129,5 milhões no 1S09, uma melhora em valores absolutos de R$ 101,9 milhões.

INVESTIMENTOS

No 2º trimestre de 2010, os investimentos da Companhia atingiram R$ 12,4 milhões. No mesmo período de 2009, o montante investido foi de R$ 27,3 milhões. A redução de investimentos reflete a decisão da empresa de primeiro buscar um maior nível de rentabilidade dentro do processo de turnaround antes de voltar a focar em abertura de lojas. No trimestre foram abertas 2 lojas, uma no Distrito Federal e uma em Santa Catarina.

Os principais destaques no trimestre foram:

- R$ 5,5 milhões na abertura e construção de novas lojas;
- R$ 3,4 milhões em reformas de lojas; e
- R$ 1,7 milhão em infra-estrutura (tecnologia e logística) e outros.

No **1º semestre de 2010**, os investimentos totalizaram R$ 24,5 milhões contra R$ 45,3 milhões de 1S09, uma redução de 45,9%.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Demonstração do Resultado Consolidado em Legislação Societária Lei 11.638/07 (R$ milhões)
Reportado por Segmento - 2º Trimestre 2.010

	Varejo			Banco Investcred			Consolidado	
	2T10	2T09	%	2T10	2T09	%	2T10	2T09
Receita Bruta de Vendas	**1.528,2**	**980,7**	**55,8%**	**-**	**74,6**		**1.528,2**	**1.055,2**
Receita Líquida de Vendas	**1.336,0**	**778,4**	**71,6%**	**-**	**70,4**		**1.336,0**	**848,8**
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.098,8)	(647,1)	69,8%	-	(9,1)		(1.098,8)	(656,2)
Lucro Bruto	**237,2**	**131,4**	**80,5%**	**-**	**61,3**		**237,2**	**192,7**
Despesas com Vendas	(196,0)	(143,1)	36,9%	-	(72,7)		(196,0)	(215,8)
Despesas Gerais e Administrativas	(6,0)	(170,6)	-96,5%	-	15,7		(6,0)	(154,9)
Total das Despesas Operacionais	**(202,0)**	**(313,8)**	**-35,6%**	**-**	**(57,0)**		**(202,0)**	**(370,7)**
Lucro Oper. antes da Deprec.[1] e Rec. (Desp.) Financeiras - EBITDA	**35,2**	**(182,4)**	**n/a**	**-**	**4,3**		**35,2**	**(178,0)**
Depreciação	(13,2)	(13,6)	-3,2%	-	(0,0)		(13,2)	(13,6)
Lucro Oper. antes de Impostos e Rec. (Desp.) Financeiras - EBIT	**22,0**	**(196,0)**	**n/a**	**-**	**4,3**		**22,0**	**(191,7)**
Receitas financeiras	2,6	3,9	-34,0%	-	0,4		2,6	4,3
Despesas financeiras	(79,8)	(29,3)	172,7%	-	0,8		(79,8)	(28,4)
Receita (Desp) Financeira Líquida	**(77,2)**	**(25,4)**	**n/a**	**-**	**1,2**		**(77,2)**	**(24,1)**
Resultado da Equiv. Patrimonial	4,0	(0,3)	n/a	-	-		4,0	(0,3)
Resultado com ativo permanente	4,4	-	n/a	-	-		4,4	-
Outras Rec. (Desp.) Operacionais	91,6	(83,2)	n/a	-	0,7		91,6	(82,5)
Resultado Operacional Antes I.R	**44,8**	**(304,8)**	**n/a**	**-**	**6,3**		**44,8**	**(298,6)**
Imposto de Renda	(8,8)	22,1	n/a	-	(1,6)		(8,8)	20,5
Lucro (Prejuizo) Líquido	**36,0**	**(282,7)**	**n/a**	**-**	**4,6**		**36,0**	**(278,1)**

% de Vendas Líquidas	2T10	2T09		2T10	2T09
Lucro Bruto	**17,8%**	**16,9%**		**17,8%**	**22,7%**
Despesas com Vendas	**-14,7%**	**-18,4%**		**-14,7%**	**-25,4%**
Despesas Gerais e Administrativas	-0,5%	-21,9%		-0,5%	-18,2%
Total das Despesas Operacionais	**-15,1%**	**-40,3%**		**-15,1%**	**-43,7%**
EBITDA	2,6%	-23,4%		2,6%	-21,0%
Depreciação	-1,0%	-1,7%		-1,0%	-1,6%
EBIT	**1,6%**	**-25,2%**		**1,6%**	**-22,6%**
Receita (Desp) Financeira Líquida	**-5,8%**	**-3,3%**		**-5,8%**	**-2,8%**
Resultado da Equiv. Patrimonial	**0,3%**	**0,0%**		**0,3%**	**0,0%**
Resultado com Ativo permanente	0,3%	0,0%		0,3%	0,0%
Outras Rec. (Desp.) Operacionais	**6,9%**	**-10,7%**		**6,9%**	**-9,7%**
Resultado Operacional Antes I.R	**3,3%**	**-39,2%**		**3,3%**	**-35,2%**
Imposto de Renda	-0,7%	2,8%		-0,7%	2,4%
Lucro (Prejuizo) Líquido	2,7%	-36,3%		2,7%	-32,8%

(1) Despesas operacionais totais inclui despesas com vendas e gerais e administrativas

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Demonstração do Resultado Consolidado em Legislação Societária Lei 11.638/07 (R$ milhões)
Reportado por Segmento - 1º Semestre 2.010

	Varejo			Banco Investcred			Consolidado	
	1S10	1S09	%	1S10	1S09	%	1S10	1S09
Receita Bruta de Vendas	**2.970,9**	**1.944,9**	**52,8%**	**-**	**158,2**		**2.970,9**	**2.103,1**
Receita Líquida de Vendas	**2.593,5**	**1.529,7**	**69,5%**	**-**	**150,3**		**2.593,5**	**1.680,0**
Custo das Mercadorias Vendidas	(2.091,1)	(1.246,0)	67,8%	-	(21,2)		(2.091,1)	(1.267,2)
Lucro Bruto	**502,4**	**283,7**	**77,1%**	**-**	**129,1**		**502,4**	**412,8**
Despesas com Vendas	(378,6)	(290,2)	30,5%	-	(120,5)		(378,6)	(410,7)
Despesas Gerais e Administrativas	(55,5)	(203,2)	-72,7%	-	2,7		(55,5)	(200,5)
Total das Despesas Operacionais	**(434,1)**	**(493,4)**	**-12,0%**	**-**	**(117,8)**		**(434,1)**	**(611,2)**
Lucro Oper. antes da Deprec.[1]								
e Rec. (Desp.) Financeiras - EBITDA	**68,3**	**(209,7)**	**n/a**	**-**	**11,3**		**68,3**	**(198,4)**
Depreciação	(26,6)	(25,8)	3,0%	-	(0,0)		(26,6)	(25,9)
Lucro Oper. antes de Impostos								
e Rec. (Desp.) Financeiras - EBIT	**41,7**	**(235,5)**	**n/a**	**-**	**11,3**		**41,7**	**(224,3)**
Receitas financeiras	7,3	10,3	-28,6%	-	0,6		7,3	10,9
Despesas financeiras	(111,6)	(45,6)	144,6%	-	(0,7)		(111,6)	(46,3)
Receita (Desp) Financeira Líquida	**(104,3)**	**(35,4)**	**n/a**	**-**	**(0,0)**		**(104,3)**	**(35,4)**
Resultado da Equiv. Patrimonial	7,3	(0,4)	n/a	-	-		7,3	(0,4)
Resultado com ativo permanente	4,4	-		-	-		4,4	-
Outras Rec. (Desp.) Operacionais	82,5	(84,8)	n/a	-	0,8		82,5	(84,0)
Resultado Operacional Antes I.R	**31,6**	**(356,1)**	**n/a**	**-**	**12,0**		**31,6**	**(344,1)**
Imposto de Renda	0,7	37,9	n/a	-	(3,2)		0,7	34,7
Lucro (Prejuizo) Líquido	**32,3**	**(318,2)**	**n/a**	**-**	**8,9**		**32,3**	**(309,3)**

% de Vendas Líquidas	1S10	1S09		1S10	1S09
Lucro Bruto	**19,4%**	**18,5%**		**19,4%**	**24,6%**
Despesas com Vendas	**-14,6%**	**-19,0%**		**-14,6%**	**-24,4%**
Despesas Gerais e Administrativas	-2,1%	-13,3%		-2,1%	-11,9%
Total das Despesas Operacionais	**-16,7%**	**-32,3%**		**-16,7%**	**-36,4%**
EBITDA	2,6%	-13,7%		2,6%	-11,8%
Depreciação	-1,0%	-1,7%		-1,0%	-1,5%
EBIT	**1,6%**	**-15,4%**		**1,6%**	**-13,3%**
Receita (Desp) Financeira Líquida	**-4,0%**	**-2,3%**		**-4,0%**	**-2,1%**
Resultado da Equiv. Patrimonial	**0,3%**	**0,0%**		**0,3%**	**0,0%**
Resultado com Ativo permanente	0,2%	0,0%		0,2%	0,0%
Outras Rec. (Desp.) Operacionais	**3,2%**	**-5,5%**		**3,2%**	**-5,0%**
Resultado Operacional Antes I.R	**1,2%**	**-23,3%**		**1,2%**	**-20,5%**
Imposto de Renda	0,0%	2,5%		0,0%	2,1%
Lucro (Prejuizo) Líquido	1,2%	-20,8%		1,2%	-18,4%

(1) Despesas operacionais totais inclui despesas com vendas e gerais e administrativas

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Segmentação de Vendas Brutas por Formato (R$ milhões)

1º Trimestre	2010	%	2009	%	Var.(%)
Redes de Lojas	1.051,6	72,9%	763,2	79,2%	37,8%
Atacado	130,1	9,0%	87,5	9,1%	48,6%
Internet	221,3	15,3%	93,5	9,7%	136,7%
Serviço	39,7	2,8%	19,9	2,1%	99,2%
Globex Utilidades S.A.	**1.442,7**	**100,0%**	**964,2**	**100,0%**	**49,6%**

2º Trimestre	2010	%	2009	%	Var.(%)
Redes de Lojas	1.000,6	65,5%	740,6	75,5%	35,1%
Atacado	112,1	7,3%	99,1	10,1%	13,2%
Internet	371,2	24,3%	118,7	12,1%	212,6%
Serviços	44,2	2,9%	22,3	2,3%	98,7%
Globex Utilidades S.A.	**1.528,2**	**100,0%**	**980,7**	**100,0%**	**55,8%**

1º Semestre	2010	%	2009	%	Var.(%)
Redes de Lojas	2.052,3	69,1%	1.503,8	77,3%	36,5%
Atacado	242,2	8,2%	186,6	9,6%	29,8%
Internet	592,5	19,9%	212,2	10,9%	179,2%
Serviços	83,9	2,8%	42,2	2,2%	98,9%
Globex Utilidades S.A.	**2.970,9**	**100,0%**	**1.944,9**	**100,0%**	**52,8%**

Segmentação de Vendas Líquidas por Formato (R$ milhões)

1º Trimestre	2010	%	2009	%	Var.(%)
Redes de Lojas	914,3	72,7%	596,7	79,4%	53,2%
Atacado	107,0	8,5%	64,9	8,6%	65,0%
Internet	201,8	16,0%	72,6	9,7%	177,9%
Serviço	34,4	2,7%	17,1	2,3%	101,0%
Globex Utilidades S.A.	**1.257,5**	**100,0%**	**751,3**	**100,0%**	**67,4%**

2º Trimestre	2010	%	2009	%	Var.(%)
Redes de Lojas	862,3	64,5%	580,3	74,6%	48,6%
Atacado	92,7	6,9%	81,2	10,4%	14,2%
Internet	342,9	25,7%	97,6	12,5%	251,4%
Serviço	38,2	2,9%	19,3	2,5%	97,7%
Globex Utilidades S.A.	**1.336,0**	**100,0%**	**778,4**	**100,0%**	**71,6%**

1º Semestre	2010	%	2009	%	Var.(%)
Redes de Lojas	1.776,5	68,5%	1.177,0	76,9%	50,9%
Atacado	199,7	7,7%	146,0	9,5%	36,7%
Internet	544,7	21,0%	170,2	11,1%	220,1%
Serviço	72,6	2,8%	36,4	2,4%	99,2%
Globex Utilidades S.A.	**2.593,5**	**100,0%**	**1.529,7**	**100,0%**	**69,5%**

Composição de Vendas da Controladora (% sobre Vendas Líquidas)(1)

	2T10	2T09	1S10	1S09
À Vista	31,5%	40,7%	32,6%	43,6%
Cartão de Terceiros	40,1%	38,7%	41,5%	33,5%
Cartão Flex + FIC	25,8%	13,3%	23,0%	15,9%
À Prazo	2,6%	7,4%	2,9%	7,0%
Carnê	2,6%	7,1%	2,9%	6,8%
Cheque Pré-Datado	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

Movimentação de Lojas por Formato

	Digital	Rua	Shopping	Ponto Frio (total)	Área de Vendas (m²)	Número de Funcionários
4T09	**53**	**305**	**97**	**455**	**332.442**	**9.587**
1T10	**53**	**305**	**97**	**455**	**332.442**	**8.874**
Abertas			2	2	1.408	
Fechadas						
2T10	**53**	**305**	**99**	**457**	**333.850**	**9.644**



SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

"A Companhia não contratou da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., seu auditor externo, para execução de outros serviços além da auditoria independente".

CONTATOS

Departamento de Relações com Investidores
Telefone: + 55 (11) 3886-0421
Fax: +55 (11) 3886-0421
gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br

AVISO

Este material inclui informações e opiniões sobre eventos futuros sujeitas a riscos e incertezas os quais baseiam-se nas atuais expectativas, projeções e tendências sobre os negócios da Companhia. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais essas opiniões se baseiam. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e declarações futuras constantes deste material podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os acionistas e investidores não devem tomar quaisquer decisões com base nas estimativas, projeções e declarações futuras contidas neste material.

EBITDA é igual ao lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e equivalência patrimonial. A inclusão da informação EBITDA tem como objetivo fornecer uma medida que permita avaliar a geração de caixa das operações da empresa. O termo EBITDA se refere a um indicador definido como lucro (prejuízo) antes de juros, impostos, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida como GAAP e pode não ser comparável com indicadores com o mesmo nome reportados por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado substituto do lucro operacional ou medida de liquidez melhor do que o fluxo de caixa operacional, que são determinados de acordo com GAAP. O EBITDA é fornecido para prover informação adicional a respeito da nossa capacidade de pagar dívidas, realizar investimentos e cobrir necessidades de capital de giro.

A dívida líquida foi incluída neste documento por ser frequentemente utilizada por analistas de ações, investidores e outros interessados em empresas que atuam em nossos segmentos. A dívida líquida não é um índice financeiro de acordo com o BR GAAP e não deve ser considerada como um substituto ao resultado do exercício para a mensuração do desempenho operacional ou aos fluxos de caixa como um índice de liquidez. Como nem todas as empresas utilizam cálculos idênticos, a nossa apresentação de Dívida Líquida pode não ser comparável a outros índices com denominação similar e utilizados por outras empresas

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)	
02	GLOBEX ADM E SERVIÇOS LTDA	42.569.335/0001-75	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	6,54
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		34.881			34.881
03	PONTO FRIO ADM D IMPORTAÇÃO DE BENS LTDA	42.582.635/0001-94	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	-1,43
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		84			84
04	RIO EXPRESSO COMÉRCIO ATACADISTA DE ELET	30.911.051/0001-36	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	100,00	0,14
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		15.000			370
05	GLOBEX ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO LTDA	28.672.400/0001-62	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	0,26
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		972.358			972.358
06	PONTOCRED NEGÓCIOS DE VAREJO LTDA	04.221.023/0001-87	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,50	-0,02
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		20			20
07	PONTOFRIO.COM COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A	09.358.108/0001-25	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	3,13
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		28.000			28.000
08	E-HUB CONSULTORIA PARTICIPAÇÕES E COM.	09.553.290/0001-75	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	45,00	0,60
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		450			450
09	LAKE NIASSA EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES	10.641.453/0001-50	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,99	12,15
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		70.224			70.224

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

a) POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA

GLOBEX UTILIDADES S.A.			Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	122.286.847	98,77%	122.286.847	98,77%
OUTROS	1.517.693	1,23%	1.517.693	1,23%
TOTAL	**123.804.540**	**100,00%**	**123.804.540**	**100,00%**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)							Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações PNA		Ações PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A.	65.400.000	65,61%	1.107.913	0,73%	-	0,00%	66.507.913	25,83%
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	28.619.178	28,71%	1.357.294	0,90%	-	0,00%	29.976.472	11,64%
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	20.527.380	13,59%	-	0,00%	20.527.380	7,97%
CASINO GUICHARD PERRACHON *	5.600.052	5,62%	-	0,00%	-	0,00%	5.600.052	2,18%
SEGISOR *	-	0,00%	4.027.409	2,67%	1.064.345	15,89%	5.091.754	1,98%
SWORDFISH INVESTMENTS LIMITED*	-	0,00%	252.662	0,17%	357.945	5,34%	610.607	0,24%
STANHORE TRADING INTERNATIONAL S.A.*	-	0,00%	6.078.592	4,02%	660.788	9,87%	6.739.380	2,62%
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	4.055.172	2,68%	-	0,00%	4.055.172	1,58%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	2.608.467	1,73%	-	0,00%	2.608.467	1,01%
PAIC PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	648.729	0,43%	-	0,00%	648.729	0,25%
MARLIN INVESTMENTS LTD.*	-	0,00%	32.000	0,02%	-	0,00%	32.000	0,01%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	0,00%	232.586	0,15%	-	0,00%	232.586	0,09%
OUTROS	60.621	0,06%	110.147.886	72,91%	4.614.861	68,90%	114.823.368	44,60%
TOTAL	**99.679.851**	**100,00%**	**151.076.090**	**100,00%**	**6.697.939**	**100,00%**	**257.453.880**	**100,00%**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA

WILKES PARTICIPAÇÕES S.A					Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PENINSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00%	-	0,00%	20.375.000	25,49%
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00%	39.179.308	100,00%	59.554.308	74,51%
TOTAL	**40.750.000**	**100,00%**	**39.179.308**	**100,00%**	**79.929.308**	**100,00%**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ

SUDACO PARTICIPAÇÕES S.A			Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA	3.585.804.573	100,00%	3.585.804.573	100,00%
TOTAL	**3.585.804.573**	**100,00%**	**3.585.804.573**	**100,00%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ

ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.			Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
RIO PLATE EMPREEND. E PARTIC. LTDA	515.580.242	100,00%	515.580.242	100,00%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	10.312	0,00%	10.312	0,00%
TOTAL	**515.590.554**	**100,00%**	**515.590.554**	**100,00%**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ

CASINO GUICHARD PERRACHON			Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Participação no Capital Tota		Participação dos Direitos de Vo	
	Quantidade	%	Quantidade	%
GROUPE RALLYE *	54.571.978	48,79%	92.338.411	62,47%
GALERIES LAFAYETTE *	2.049.747	1,83%	2.985.505	2,02%
GROUPE CNP *	2.170.207	1,94%	3.831.554	2,59%
AÇÕES EM TESOURARIA	1.162.075	1,04%	-	0,00%
OUTROS	51.889.456	46,39%	48.655.616	32,92%
TOTAL	**111.843.463**	**100,00%**	**147.811.086**	**100,00%**

(*) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA					Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	250.659.233	61,48%	3	42,86%	250.659.236	61,48%
JOÃO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63%	1	14,29%	39.260.448	9,63%
ANA MARIA F.DOS SANTOS DINIZ D'ÁVIL	39.260.447	9,63%	1	14,29%	39.260.448	9,63%
PEDRO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63%	1	14,29%	39.260.448	9,63%
ADRIANA F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63%	1	14,29%	39.260.448	9,63%
TOTAL	**407.701.021**	**100,00%**	**7**	**100,00%**	**407.701.028**	**100,00%**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
SEGISOR**	3.633.544.694	100,00%	3.633.544.694	100,00%
TOTAL	**3.633.544.694**	**100,00%**	**3.633.544.694**	**100,00%**

(**) Empresa Estrangeira

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA),				
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA	566.610.599	100,00%	566.610.599	100,00%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	1	0,00%	1	0,00%
TOTAL	**566.610.600**	**100,00%**	**566.610.600**	**100,00%**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA),				
SEGISOR			Posição em 30/06/2010 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
CASINO GUICHARD PERRACHON (*)	-	99,99	-	99,99
OUTROS	-	0,01	-	0,01
TOTAL	**-**	**100,00**	**-**	**100,00**

(*) Empresa Estrangeira

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	122.286.848	98,77%	122.286.848	98,77%
Administradores				
Conselho de Administração	3	0,00%	3	0,00%
Diretoria	-	0,00%	-	0,00%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	1.517.689	1,23%	1.517.689	1,23%
Total	**123.804.540**	**100,00%**	**123.804.540**	**100,00%**
Ações em Circulação	**1.517.689**	**1,23%**	**1.517.689**	**1,23%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	86.962.965	69,92	86.962.965	69,92
Administradores				
Conselho de Administração	23	0,00	23	0,00
Diretoria	2.766	0,00	2.766	0,00
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	576.869	0,46	576.869	0,46
Outros Acionistas	36.838.786	29,62	36.838.786	29,62
Total	**124.381.409**	**100,00**	**124.381.409**	**100,00**
Ações em Circulação	**36.838.786**	**29,62**	**36.838.786**	**29,62**

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Globex Utilidades S.A.

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR, individuais e consolidadas, da Globex Utilidades S.A. e empresas controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido**,** o relatório do desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e empresas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas (i) Informações Trimestrais individuais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, e segundo as normas e orientações da CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ii) Informações Trimestrais consolidadas acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, e segundo as normas e orientações da CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, cuja apresentação é requerida pelas normas e orientações da CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, as Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas, originalmente apresentadas em 22 de julho de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 com vigência para 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na referida nota explicativa.

6. As Informações contábeis individuais e consolidadas, contidas nas Informações Trimestrais, relativas ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e demonstração de resultados do trimestre findo em 30 de junho de 2009, antes da reapresentação, foram auditadas e

revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram parecer de auditoria datado de 26 de fevereiro de 2010, e relatório de revisão especial datado de 9 de setembro de 2009, sem ressalvas. Como parte de nossa revisão das Informações Trimestrais de 30 de junho de 2010, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3.3 que foram efetuados para alterar Informações Trimestrais de 30 de junho de 2009. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2009 e, portanto, não expressamos conclusão sobre as informações trimestrais daquele trimestre tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de Maio de 2011

Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015199/O-6

Antonio Carlos Fioravante
Contador
CRC nº 1SP184973/O-0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	13
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	15
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	17
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	19
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	21
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	22
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	23
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	101
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	102
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	114
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	115
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	119
		GLOBEX ADM E SERVIÇOS LTDA	
		PONTO FRIO ADM D IMPORTAÇÃO DE BENS LTDA	
		RIO EXPRESSO COMÉRCIO ATACADISTA DE ELET	
		GLOBEX ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO LTDA	
		PONTOCRED NEGÓCIOS DE VAREJO LTDA	
		PONTOFRIO.COM COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A	
		E-HUB CONSULTORIA PARTICIPAÇÕES E COM.	
		LAKE NIASSA EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES	/120